

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	67
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	69
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	03/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	20/04/2017	Ordinária		0,63300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	15.684.123	14.174.359
1.01	Ativo Circulante	5.397.792	5.554.987
1.01.01	Disponibilidades	35.669	30.979
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.855.866	1.438.494
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.696.196	1.313.232
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	191.944	157.536
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-32.274	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.014.987	1.042.155
1.01.03.01	Carteira Própria	892.686	800.704
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	120.008	220.109
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	2.293	21.342
1.01.04	Relações Interfinanceiras	302.639	391.799
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	11.865	984
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	290.557	390.727
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	217	88
1.01.06	Operações de Crédito	1.799.289	2.223.090
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	357.298	352.415
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.626.407	2.028.215
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-184.416	-157.540
1.01.08	Outros Créditos	388.200	427.446
1.01.08.01	Carteira de Cambio	57.791	52.789
1.01.08.02	Rendas a Receber	65.398	133.464
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	191	219
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	41.494	39.707
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	888	325
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	18.594	14.406
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	165.742	169.117
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	51	32
1.01.08.09	Diversos	38.518	18.542
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-467	-1.204
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	0	49
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.142	1.024
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.794	1.677
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-669	-670
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	17	17
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.949.471	8.307.632
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	7.607.058	6.000.202
1.02.02.01	Carteira Própria	7.579.200	5.996.312
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	27.858	3.890
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.217.689	1.288.427
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	23.486	31.157
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.301.864	1.300.729
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-107.661	-43.459

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.02.07	Outros Créditos	1.112.155	1.006.434
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	1.090.450	984.658
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	0	73
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	21.705	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	0	-2
1.03	Ativo Permanente	336.860	311.740
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	163.060	166.017
1.03.02.01	Imóveis de Uso	62.191	61.326
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	189.032	199.372
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-136.192	-142.710
1.03.04	Intangível	173.533	145.456
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	289.775	253.759
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-116.242	-108.303

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	15.684.123	14.174.359
2.01	Passivo Circulante	8.950.424	7.696.583
2.01.01	Depósitos	2.994.540	2.528.151
2.01.01.01	Depósitos à Vista	710.161	663.835
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	495.458	501.247
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	22.545	12.531
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.766.376	1.350.538
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	119.993	220.010
2.01.02.01	Carteira Própria	119.993	220.010
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	426.780	377.676
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	426.780	377.676
2.01.04	Relações Interfinanceiras	22.149	39
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	22.149	39
2.01.05	Relações Interdependências	31.672	5.187
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	9.956	3.819
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	21.716	1.368
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	55.385	51.332
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	55.385	51.332
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	116.523	115.825
2.01.07.01	Tesouro Nacional	27.498	28.705
2.01.07.02	BNDES	47.159	46.612
2.01.07.04	Finame	41.738	40.365
2.01.07.05	Finep	128	143
2.01.09	Outras Obrigações	5.183.382	4.398.363
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	4.653	2.956
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.947	82
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	6.145	24.413
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	25.236	230.126
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	99	52
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	4.322.496	3.265.636
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	80.748	109.426
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	156.685	513.463
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	27	99
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	67.740	59.081
2.01.09.11	Cheques Administrativos	2	1.518
2.01.09.12	Credores Diversos	51.191	58.126
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	12
2.01.09.14	Passivos Atuariais	59.393	88.950
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	2.408	44.423
2.01.09.16	provisão p/ garantias financeiras	404.601	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.756.307	4.518.087
2.02.01	Depósitos	343.916	437.786
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	343.916	437.786
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	647.552	633.365

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.07.01	Tesouro Nacional	1.447	1.932
2.02.07.02	BNDES	499.018	465.360
2.02.07.04	Finame	146.002	164.804
2.02.07.05	Finep	1.085	1.269
2.02.09	Outras Obrigações	3.764.839	3.446.936
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	153.478	7.163
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	192.391	194.455
2.02.09.03	Passivos Atuariais	675.313	626.669
2.02.09.04	Diversas	1.743.658	1.618.650
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999
2.05	Patrimônio Líquido	1.977.392	1.959.689
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	23.134	23.539
2.05.03.01	Ativos Próprios	23.134	23.539
2.05.04	Reservas de Lucro	866.804	856.998
2.05.04.01	Legal	121.629	121.006
2.05.04.02	Estatutária	745.175	735.992
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-538.051	-546.353

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	352.571	747.503	398.080	759.556
3.01.01	Operações de Crédito	111.041	234.821	141.401	277.679
3.01.02	Resultado Operações Tit. Val. Mobiliários	237.961	507.417	257.800	485.432
3.01.03	Resultado c/Instrumentos Fin. Derivativos	-408	-1.754	-1.121	-3.555
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	3.977	7.019	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-245.112	-532.766	-157.644	-356.075
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-72.124	-152.590	-77.868	-153.508
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-101.647	-228.698	-67.448	-153.633
3.02.03	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-3.151	-7.712
3.02.04	Provisão Operações de Crédito e Outros	-71.341	-151.478	-9.177	-41.222
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	107.459	214.737	240.436	403.481
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-46.353	-118.420	-43.218	-119.022
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	182.536	363.174	180.959	351.174
3.04.02	Despesas de Pessoal	-131.771	-258.717	-136.989	-267.783
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-66.544	-132.748	-66.946	-130.239
3.04.04	Despesas Tributárias	-25.853	-55.961	-28.471	-57.580
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	199.213	387.070	246.489	423.464
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-203.934	-421.238	-238.260	-438.058
3.05	Resultado Operacional	61.106	96.317	197.218	284.459
3.06	Resultado Não Operacional	16.665	17.167	5.310	6.157
3.06.01	Receitas	16.691	0	5.314	6.379
3.06.02	Despesas	-26	0	-4	-222
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	77.771	113.484	202.528	290.616
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-99.732	-210.296	-122.485	-225.778
3.09	IR Diferido	89.981	109.274	15.235	22.697
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	-2.550	-2.550
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	68.020	12.462	92.728	84.985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,0229	0,42036	0,03128	0,02867

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	68.020	12.462	92.727	84.985
4.02	Outros Resultados Abrangentes	19.881	8.706	-2.755	-20.679
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.374	17.412	-5.306	-35.221
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	368	735	368	735
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	-16.861	-9.441	2.183	13.807
4.03	Resultado Abrangente do Período	87.901	21.168	89.972	64.306

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.087.784	949.142
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	467.789	486.740
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	12.462	84.985
6.01.01.03	Baixa do Intangível	314	73
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	18.748	17.256
6.01.01.06	Provisão Operações de Crédito e Outros Créditos	151.479	68.266
6.01.01.07	Reversão de Provisões p/ Oper.Crédito	0	-26.355
6.01.01.08	Reversão de Provisões p/ Outros Créditos	-1	-689
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-215	-284
6.01.01.11	Instrumentos de dívida elegíveis a capital-remuneração	2.408	14.233
6.01.01.12	Despesas de Provisões para Passivos Contingentes	176.454	168.507
6.01.01.13	Desp. Provisões para Riscos do FNO	219.426	231.105
6.01.01.15	Reversão de Outras Provisões Operacionais	-83	0
6.01.01.16	Reversão de Provisões para Operações do FNO	0	-59.289
6.01.01.17	Despesa de provisão para ativos atuariais	632	308
6.01.01.18	IR e CS diferidos	-109.274	-22.697
6.01.01.19	Resultado com Variação cambial	-4.561	11.321
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.619.995	462.402
6.01.02.01	Redução/(Aumento) em TVM para negociação	18.391	-52.596
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Valores e Bens	-117	-129
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em Aplic. Interf. Liquidez	-34.408	17.352
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em Rel. Interf. e Interd.	137.753	-21.865
6.01.02.05	Redução em Operações de Crédito	343.385	75.351
6.01.02.06	Redução em Outros Créditos	47.096	193
6.01.02.07	Aumento/(Redução) em Depósitos	372.519	-85.110
6.01.02.08	Aumento em Obrig. Empr. Repasses	18.940	609
6.01.02.09	(Redução)/Aumento em Captações no Mercado Aberto	-50.914	75.896
6.01.02.10	Aumento em Outras Obrigações	851.583	537.736
6.01.02.11	IR e CS pagos	-84.233	-85.035
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.635.193	-478.041
6.02.02	Adição em Imobilizados de Uso	-9.087	-2.469
6.02.03	Alienação do Imobilizado de Uso	497	200
6.02.04	Aplicação do Intangível	-35.592	-14.869
6.02.10	(Aumento) em TVM Disponíveis p/ Venda	-2.506.714	-1.138.973
6.02.11	Redução em TVM Disponíveis p/ Venda	895.307	773.818
6.02.12	(Aumento) em TVM Mantidos até o vencimento	-23.661	-377.984
6.02.13	Redução em TVM Mantidos até o vencimento	44.057	282.236
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-64.937	-160.463
6.03.01	Instrumentos de dívida elegíveis a capital-autorizado	-46.153	-89.154
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-18.784	-71.309
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	387.654	310.638
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.344.211	347.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.731.865	658.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.462	0	12.462
5.05	Destinações	0	0	0	9.806	-12.867	0	-3.061
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-3.061	0	-3.061
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	9.806	-9.806	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	9.806	-9.806	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	8.302	8.302
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	7.068	7.068
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.234	1.234
5.12	Outros	0	0	-405	0	405	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-735	0	735	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	330	0	-330	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	23.134	866.804	0	-538.051	1.977.392

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	84.985	0	84.985
5.05	Destinações	0	0	0	65.105	-85.390	0	-20.285
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-20.285	0	-20.285
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	65.105	-65.105	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	65.105	-65.105	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-21.084	-21.084
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.236	2.236
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-23.320	-23.320
5.12	Outros	0	0	-405	0	405	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-735	0	735	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	330	0	-330	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	23.943	829.348	0	-511.022	1.967.774

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	1.363.435	1.499.128
7.01.01	Intermediação Financeira	747.503	759.556
7.01.02	Prestação de Serviços	363.174	351.174
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-151.478	-41.222
7.01.04	Outras	404.236	429.620
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-381.287	-314.852
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-528.255	-544.180
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-20.845	-21.530
7.03.02	Serviços de Terceiros	-86.172	-84.591
7.03.04	Outros	-421.238	-438.059
7.04	Valor Adicionado Bruto	453.893	640.096
7.05	Retenções	-18.748	-17.256
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.748	-17.256
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	435.145	622.840
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	435.145	622.840
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	435.145	622.840
7.09.01	Pessoal	212.167	224.548
7.09.01.01	Remuneração Direta	159.932	174.185
7.09.01.02	Benefícios	39.035	37.398
7.09.01.03	F.G.T.S.	13.200	12.965
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	203.533	306.445
7.09.02.01	Federais	199.084	301.990
7.09.02.02	Estaduais	12	30
7.09.02.03	Municipais	4.437	4.425
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.983	6.862
7.09.03.01	Aluguéis	6.983	6.862
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.462	84.985
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	20.285
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.462	64.700

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2017

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao primeiro semestre de 2017, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1. PANORAMA ECONÔMICO

A economia mundial vem apresentando sinais de melhora ao longo do primeiro semestre de 2017. De acordo com o FMI, a previsão de crescimento para este ano é de 3,5%, enquanto que no ano passado o crescimento foi de 3,1%. Essa recuperação é reflexo das boas notícias econômicas tanto para as nações desenvolvidas quanto para as em desenvolvimento.

O saldo da balança comercial brasileira no primeiro semestre deste ano foi superavitário em US\$ 36,2 bilhões, 53,13% superior ao saldo do mesmo período de 2016 (23,651 bilhões de dólares). Esse superávit se deve ao maior volume de exportações realizadas frente ao volume das importações acumuladas.

No acumulado de janeiro a junho deste ano, também se observa uma melhora no desempenho da balança comercial amazônica, que alcançou US\$ 10,842 bilhões e cresceu 10,17% sobre igual período de 2016. Dos nove estados da Região, sete tiveram saldos positivos em 2017, com destaque para Mato Grosso (US\$ 7,247 bilhões) e Pará (US\$ 6,452 bilhões). Os estados do Amazonas e Maranhão apresentaram saldos negativos, o primeiro de US\$ 3,672 bilhões e o segundo em US\$30,923 milhões, sendo que este teve menor variação (2,46%) que a ocorrida no Amazonas (45,15%).

A indústria vem dando sinais de melhoras em alguns estados, como se observa nos dados acumulados de janeiro a abril de 2017, enquanto a produção agrícola amazônica deve crescer expressivamente em 2017 (+40%). Por outro lado, no tocante ao volume de vendas do comércio varejista, sete dos nove estados amazônicos registraram taxas negativas nos quatro primeiros meses de 2017.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Banco da Amazônia, visando se adaptar ao novo contexto econômico, social, ambiental, tecnológico e regulatório (Lei nº 13.303/2016 e Resolução CGPAR nº 17/2016), reformulou seu Planejamento Estratégico para o horizonte 2017-2021, o qual reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, através das novas Declarações Estratégicas – Missão, Visão e Valores institucionais.

A nova Missão destaca o papel do Banco de desenvolver uma Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes, enquanto que a Visão demonstra seu direcionamento estratégico na busca de ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos, pautado por um conjunto de Valores Institucionais: integridade, ética e transparência; meritocracia; desenvolvimento sustentável; valorização do cliente; decisões técnicas e colegiadas; eficiência e inovação; comprometimento com o resultado e a gestão de riscos.

Com o novo Planejamento Estratégico, o Banco passa a ter novos objetivos que visam garantir resultados sólidos e crescentes, através de colaboradores capacitados e motivados, com eficiência operacional e fortalecimento da governança corporativa, buscando a excelência do processo de crédito, a diversificação de receita e de canais de distribuição do crédito de fomento, clientes satisfeitos e rentáveis.



Os desafios do novo Planejamento Estratégico estão destacados a seguir:

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



Estratégia e desenvolvimento sustentável: adequar o Banco (estrutura e processos) para o alcance dos objetivos estratégicos, em cumprimento à Missão e alcance da Visão, buscando seu alinhamento às políticas e programas do governo;

Crédito: racionalizar o processo do crédito e alinhar as políticas, metodologias, modelos e parâmetros do crédito às tendências do mercado, aprimorando a inteligência do crédito do Banco, garantindo agilidade, segurança e efetividade, com qualificação e capacitação de pessoal;

Clientes: aperfeiçoar e aprimorar o relacionamento com os clientes, tornar o Banco mais competitivo, através da qualificação, readequação e diversificação do portfólio de produtos, serviços e canais de atendimento alinhados às tendências do mercado e competências institucionais;

Tecnologia e Infraestrutura: oferecer suporte às operações, através da otimização da infraestrutura física e tecnológica, inclusive de sistemas e aplicativos que atendam às necessidades dos usuários e da organização;

Governança Corporativa: aperfeiçoar e fortalecer a governança corporativa assegurando o suporte necessário para o negócio do Banco, com a qualificação dos modelos de controles, riscos e segurança corporativa, possibilitando que os processos sejam transparentes, ágeis, seguros e alinhados às normas e regulamentações internas e externas;

Pessoas e Recursos organizacionais: garantir o desenvolvimento das pessoas como alavanca central para o cumprimento da Missão, bem como racionalizar a utilização dos recursos organizacionais em prol dos objetivos estratégicos e potencializar a rentabilidade dos recursos financeiros disponíveis.

Projetos Corporativos

Em consonância com o Planejamento Estratégico, o Banco está implantando importantes projetos corporativos, a fim de oferecer “produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados”, conforme a Visão da Instituição. Dentre os projetos em andamento, destacam-se:

Projeto eSocial: Tem por objetivo atender ao Decreto 8.373, de 11/12/2014, sendo concluída a atualização do sistema Folha Software para atendimento aos requisitos do eSocial e a aquisição do módulo mensageira, cuja implantação somente será possível após liberação do ambiente de testes pelo governo, prevista para Julho/2017. Em andamento a homologação do sistema Nexa (Saúde do Trabalhador) com previsão de implantação em produção em Agosto/2017.

Projeto Modelo de Custos: vinculado à melhoria da Gestão e Governança no Banco, o projeto objetiva implantar modelo de gestão de custos adequado às necessidades do Banco, para o qual foi contratada a consultoria especializada, que está auxiliando no desenvolvimento e implantação do modelo. Concluídas as fases A: “Nivelamento de Conhecimento e Planejamento”, B: “Diagnóstico” e C: Desenvolvimento de Modelo de Custos”. Em andamento, a fase D, que consiste na indicação de solução tecnológica para suportar o modelo.

Novo Modelo de Gestão de Pessoas do Banco da Amazônia: o projeto visa obter, através da reestruturação do sistema de Gestão de Pessoas, o perfeito alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas do Banco, na qualidade de principal agente de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Em andamento, as ações para aquisição de solução de RH. Neste semestre, foi contratada empresa que realizará a migração de dados, com a incorporação das novas políticas, diretrizes e processos de gestão de pessoas da solução em produção para a versão mais atual. A previsão é que o Sistema esteja funcionando completamente até agosto de 2018. Esse sistema é essencial para dar suporte à área de gestão de pessoas na implantação dos subsistemas de RH, tudo de forma integrada.

Projeto Centralização do Crédito: atendendo a estratégia de rentabilidade, o projeto tem como objetivo implantar modelo para centralização de análise, acompanhamento e recuperação de crédito. Em janeiro deste ano, foi implantada a Central Piloto, no Acre. Em andamento, cronograma de implantação das próximas quatro centrais, com inauguração prevista para agosto/2017, outubro/2017, fevereiro/2018 e março/2018. Com as centrais de crédito, cerca de 70% dos empregados que atuavam no processo de análise, acompanhamento e deferimento de crédito estarão voltados para o atendimento dos clientes. A nova estrutura cria uma área específica de produtos para adequar e reformular o atual portfólio de produtos e serviços do Banco, por conta das necessidades de mercado, visando o atendimento integral da clientela.

Projeto GED: objetivando aprimorar a infraestrutura, o projeto pretende implantar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos no Banco. A primeira etapa consistiu na identificação do atual cenário de gestão de documentos na Instituição para a respectiva proposta do modelo de solução com ênfase na gestão eletrônica de documentos. Em paralelo, estão sendo conduzidas as ações de infraestrutura tecnológica a fim de fornecer suporte para execução deste projeto.

Programa Supera Mais 2017 – “Vamos juntos construir um Banco cada vez mais forte e competitivo!”

O Programa Supera Mais é o instrumento de gestão utilizado para avaliar o desempenho objetivando alinhar as ações das unidades quanto ao cumprimento das metas e objetivos estratégicos. É composto pelas perspectivas: “Mais Resultado”; “Mais Negócios”; “Mais Controles”; “Desenvolvimento Sustentável”; “Mais Clientes”; “Bônus Estratégico” e “Mais Conhecimento e Aprendizado”. No primeiro semestre de 2017, destaca-se o desempenho nas seguintes perspectivas:

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



Mais Negócios: o indicador CAPTAÇÃO DE RECURSOS (sendo composto pelos volumes de saldo médio de depósito à vista, a prazo, poupança, reinvestimento e LCA) registrou no 1º semestre de 2017 atingimento da meta projetada em mais de 88%, com volume de saldo médio na ordem de R\$3.256,0 milhões. O indicador CRÉDITO COMERCIAL (contempla os volumes das carteiras de Crédito Geral e de Câmbio), registrou atingimento da meta orçada em 79% e um saldo médio de R\$1.711,0 milhões.

Mais Clientes: o indicador LIMITE DE CRÉDITO, que considera o percentual de clientes com limite de crédito aprovado e vigente em relação à quantidade de cliente constante no público alvo, alcançou 63% da meta estabelecida para o primeiro semestre de 2017.

Mais Controle: o indicador ATUALIZAÇÃO – CADATRAL-CLIENTES PERMANENTES atingiu 83% da meta estabelecida.

Mais Resultado: destacam-se os indicadores: RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO, que considera o volume de receitas das operações renegociadas/recuperadas, foi o indicador com melhor performance, atingindo 99,65% da meta orçada para o semestre, equivalendo ao valor de R\$77,0 milhões (Banco e FNO), R\$38,0 milhões a mais quando comparado com o mesmo período de 2016, cujo volume recuperado foi R\$41,0 milhões. E o indicador RECEITA DE TARIFAS – PACOTES, que verifica o volume dessa receita, acumulada até o período de apuração, obteve 67% da meta orçada com R\$61,0 milhões de receita arrecadada com este serviço.

Desenvolvimento Sustentável: destaca-se o indicador APOIO AOS PEQUENOS PORTES, que mede o volume de crédito de fomento contratado para os Pequenos Portes - PRONAF, MPE, Portes, Empreendedor Individual, Fomento PF, Pequeno e Pequeno Médio PF e PJ, alcançando 61% da meta projetada para o semestre, com um volume contratado de R\$813,0 milhões. O indicador OUTROS PROGRAMAS DE GOVERNO, que apura o volume de crédito de Fomento contratado para os demais Programas de Governo - Programa de Apoio a Cultura, Plano de Incentivo ao Turismo, FNO ABC e Biodiversidade, alcançou 50% da meta estabelecida.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Embora tenha havido pequena melhora na economia, a situação ainda é delicada, e o Banco tem enfrentado dificuldades por conta das provisões de crédito e pela redução natural da demanda devido à crise econômica dos últimos anos. Para superar essas dificuldades foram desenvolvidas iniciativas buscando melhorar a eficiência, sobretudo no que se refere ao processo de crédito (originação, acompanhamento, contratação e recuperação). A instalação das Centrais de Crédito possibilitará que as equipes da Rede de Atendimento estejam focadas na geração de negócios mais qualificados.

Resultado

O Banco da Amazônia apresentou, no 1º semestre de 2017, lucro de R\$12,5 milhões, (R\$85,0 milhões no 1º semestre de 2016), com destaque para:

Rendas de operações de crédito – alcançaram o montante de R\$234,8 milhões, sendo que a redução de 29,1% (R\$277,7 milhões no 1º semestre de 2016) foi originada pelo menor volume de operações da carteira do Banco.

Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) - a Carteira de TVM alcançou o montante de R\$8.622,0 milhões, aumento de 31,3% quando comparado ao 1º semestre de 2016 (R\$6.567,0 milhões), gerando um resultado de R\$507,4 milhões, contra R\$485,4 milhões no mesmo período do ano anterior (crescimento de 4,5%). A variação decorreu, principalmente, do crescimento da disponibilidade de recursos do FNO, face repasse do Tesouro e reembolsos das operações existentes.

A Carteira está composta por 84,6% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da Tesouraria. Os 15,4% de títulos privados (Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros).

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$752,0 milhões, classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Captação de Recursos

Depósitos: a captação do Banco cresceu 7,8%, encerrando o 1º semestre de 2017 com saldo médio de R\$3.169,4 milhões (saldo médio de R\$2.939,4 milhões no 1º semestre de 2016).

LCA: a “Letra de Crédito do Agronegócio” (LCA) apresentou crescimento, alcançando no 1º semestre de 2017 saldo médio de R\$413,0 milhões (saldo médio de R\$341,4 milhões no 1º semestre de 2016).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



Obrigações por Repasses: para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/FINAME e FDA, passando de R\$739,0 milhões no 1º semestre de 2016 para R\$764,1 milhões no 1º semestre de 2017.

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º semestre de 2017 com Patrimônio Líquido de R\$1.977,4 milhões, superior em 0,5% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$1.967,8 milhões).

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º semestre de 2017 encerrou com índice de 15,6% (17,3% no 1º semestre de 2016).

Perspectivas para o 2º semestre/2017

Para o segundo semestre, o Banco espera alavancar resultados que possibilitem sua continuidade e fortaleça sua atuação, tanto do ponto de vista econômico-financeiro, quanto social. Os resultados esperados serão refletidos na expansão da captação e aplicação de recursos, aprimoramento das nossas políticas de crédito, eficiência e eficácia nos processos, foco na adimplência e alcance das metas de rentabilidade.

O Banco tem enfatizado a importância da lei nº 13.340/2016, que autoriza a renegociação e liquidação das dívidas do crédito rural, com abatimentos de até 85%, cuja execução já foi implantada e está obtendo resultados positivos com os clientes do segmento rural.

4. CRÉDITO

Fomento

No 1º semestre de 2017, foi lançado o programa “Rota do FNO”, que se trata de ação estratégica visando à efetivação da aplicação de 100% dos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Norte (FNO) nos estados da Região, por meio da divulgação das linhas de crédito de forma simples e prática, diretamente aos empreendedores de todos os portes e segmentos da cadeia produtiva regional.

Foram realizadas ações em 25 municípios dos estados do Pará, Amapá, Rondônia, Tocantins, Amazonas, Roraima e Acre, movimentou mais de 4.000 pessoas, divulgando as linhas do FNO e gerando cerca de R\$200 milhões em negócios nos eventos e mais prospecção de R\$1,75 bilhão, ocasionando impacto positivo entre formadores de opinião, empreendedores locais, clientes e de toda a sociedade, com assinaturas de contratos e origemação de negócios durante os eventos.

As ações do programa Rota do FNO demonstram que o Banco da Amazônia, mesmo num cenário econômico desafiador, encontra soluções internas capazes de fazer a diferença e continuar executando a nossa missão de desenvolver a Amazônia em patamares sustentáveis, através de ações que efetivamente visam o combate às desigualdades regionais por meio da consecução das políticas públicas e da geração de negócios. Através das linhas do FNO, o crédito traz impactos positivos para a economia regional e nacional (impostos, tributos, emprego, renda e produção).

Os recursos liberado do FNO, foram distribuídos em:

Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – 1º Semestre 2017**

PROGRAMAS FNO	1º Semestre 2017		1º Semestre 2016		% (Valores)
	Quantidade	Valor liberado (R\$ - milhões)	Quantidade	Valor liberado (R\$ - milhões)	
Micro e Pequenas Empresas (MPes)	1.688	132,8	1.049	129,4	2,6
Microempreendedores Individuais (MEI)	679	3,6	1.003	5,7	(36,8)
Microcrédito Produtivo Orientado – Programa Amazônia Florescer	20.848	41,5	20.401	49,6	(16,3)
Microcrédito Urbano	19.635	37,8	18.424	42,9	(11,9)
Microcrédito Rural	1.213	3,7	1.977	6,7	(44,8)
Agricultura Familiar	5.392	170,1	9.113	249,1	(31,7)
FNO ABC	23	39,0	53	53,2	(26,7)
FNO-Biodiversidade	9	4,3	12	7,8	(44,9)
FNO-Amazônia Sustentável	1.969	34,9	1.828	14,1	147,5

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper e NSISARD.

O crédito de fomento contratado totalizou R\$1.387,6 milhões, um crescimento de 16,4% com relação ao mesmo período de 2016 (R\$1.192,3 milhões).

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário					
PORTE	1º Semestre 2017		1º Semestre 2016		% Valores
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Mini/micro	5.845	231,0	9.721	317,7	(27,3)
Pequeno	1.487	336,2	1.421	407,9	(17,6)
Pequeno/Médio	173	185,6	178	211,2	(12,1)
Médio	91	261,5	52	109,7	138,4
Grande	42	373,3	24	146	155,9
TOTAL	7.638	1.387,6	11.396	1.192,3	16,4%

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

FNO - Contratações por Setor Econômico					
ATIVIDADE ECONÔMICA	1º Semestre 2017		1º Semestre 2016		% Valores
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Rural	5.749	865	9.620	891,5	(2,9)
Industrial	111	96	94	72,1	33,2
Infraestrutura	1	2	0	0,0	-
Comércio e Serviços	1.174	403	931	184,2	118,9
Demais não rurais	603	21	751	44,5	(52,0)
TOTAL	7.638	1.387,6	11.396	1.192,3	16,4%

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – 1º Semestre 2017**

FNO - Contratações por Estado				
ESTADO	1º Semestre 2017		1º Semestre 2016	
	R\$ - milhões	Participação %	R\$ - milhões	Participação %
Acre	44,7	3,2	80,6	6,8
Amapá	11,9	0,9	19,6	1,6
Amazonas	62,1	4,5	109,8	9,2
Pará	708,2	51,0	326,0	27,3
Rondônia	334,8	24,1	342,7	28,7
Roraima	14,5	1,0	41,1	3,4
Tocantins	211,4	15,2	272,5	22,9
TOTAL	1.387,6	100,0	1.192,3	100,0

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Comercial

O saldo da carteira comercial encerrou o 1º semestre de 2017 com R\$1.198,5 milhões (R\$1.438,4 milhões no 1º semestre de 2016). As linhas de crédito disponibilizadas são voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa do Banco da Amazônia está alicerçada em princípios como transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, incorporando em seus colaboradores (público interno) a disseminação da boa prática de governança e de seus benefícios para a empresa. O Banco adota a política de transparência com o público alvo que são os acionistas, investidores, público externo e mercado, demonstrando, assim, respeito e credibilidade com a sociedade.

Neste semestre, o Banco esteve presente no evento sobre a Lei de Responsabilidade das Estatais (nº 13.303, de 30 de junho de 2016), promovido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEST-MP).

A referida lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. A legislação disciplina a administração dessas empresas e busca favorecer sua eficiência, ao estabelecer uma série de mecanismos de governança corporativa e de transparência.

6. GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos no Banco está alinhada às boas práticas de mercado, permeando todas as atividades da empresa e fornecendo informações para subsidiar a tomada de decisão, tendo como premissa que todos os riscos relevantes devem ser identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados.

A alta administração tem participação ativa na gestão de riscos, sendo responsável pela aprovação das revisões e atualizações das Políticas de Gestão de Riscos.

A Instituição está atenta às alterações regulamentares como a Resolução 4557, do Conselho Monetário Nacional, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que consolida e aperfeiçoa as regras existentes sobre a gestão de riscos e a gestão do capital em instituições financeiras. Nesse sentido, estão sendo tomadas todas as medidas para a construção de plano de ação para implementação e atendimento dos prazos fixados pela Resolução.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco (Pilar 3), no *website* do Banco da Amazônia: www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores.

Risco de Mercado e Liquidez

O monitoramento do risco de mercado é realizado através de métodos estatísticos, com destaque para o valor em risco (*VaR*), análise de sensibilidade e testes de estresse.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



O Banco possui procedimentos padronizados e sistematizados para mensurar os riscos de mercado, gerenciar as carteiras de negociação (trading) e não negociação (banking), testes de estresse e aderência do modelo (*backtesting*), de maneira a otimizar a gestão desses riscos objetivando a melhor relação risco-retorno. Os limites de exposições estão definidos na Política de Risco de Mercado, que é revisada e aprovada anualmente pela Diretoria e Conselho de Administração.

A gestão do risco de liquidez é realizada por área independente das áreas de negócio, a qual é responsável por definir, propor e monitorar os limites de risco de liquidez, de forma a mantê-los dentro do apetite a risco da Instituição.

Para análise e monitoramento do risco de liquidez, são utilizados o fluxo de liquidez consolidado, índices de disponibilidade de recursos e cenários de estresse de liquidez. O Banco mantém níveis de liquidez adequados e confortáveis aos compromissos assumidos, resultado da qualidade de seus ativos, composto em grande parte por títulos públicos de alta liquidez.

Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/99.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

De modo a se incorporar melhorias ao seu processo de gestão, mantendo-se alinhado às boas práticas do mercado bancário, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basiléia II e da Resolução 3.721/09, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos. Ao final desse processo, os modelos de classificação e avaliação de risco de crédito dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de garantias teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender à necessidade do Banco quanto à vinculação de direitos creditórios (recebíveis), principalmente da área de Fomento. Essa solução objetiva consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, constituindo uma única base corporativa de informações da Instituição. Ela controlará a suficiência e a disponibilidade de garantias, contribuirá para reduzir o risco operacional e mitigará o risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco crédito do Banco está definida em seu Manual de Organização, compreendendo a Diretoria de Análise e Reestruturação (DIARE) e Diretoria de Controle e Risco (DICOR), na qual cabe à DIARE definir e operar a metodologia e os modelos de classificação de risco de crédito, e à DICOR realizar o monitoramento dos modelos de risco de crédito e a validação de forma independente dos referidos modelos.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional está em aderência às boas práticas do modelo COSO, Resolução 3.380/2006, COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*) e NBR 22301.

Em mitigação ao risco operacional de descontinuidade, a Instituição possui um *backup* desde 2014. Também foi aprovado pela diretoria estudo técnico que viabilizará a implantação de ambientes operacionais alternativos para todos os processos de negócios elencados e mapeados na Análise de Impacto nos Negócios – AIN. A implantação se dará em sua totalidade no 2º semestre de 2017.

Quanto aos riscos de inconformidade, o Banco está se fortalecendo, por meio da ampliação do escopo de atuação da área de *compliance*, o que busca assegurar a perenidade da Instituição, com a utilização de mecanismos internos de prevenção e detecção de irregularidades como fraudes, suborno, corrupção ou outros atos ilícitos.

7. CONTROLES INTERNOS

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



O Banco possui uma área específica que tem a atribuição de gerir as atividades de controles internos, sendo que a responsabilidade por identificar riscos e implantar os controles para mitigá-los é de todas as unidades e colaboradores. São exemplos de controles detectivos utilizados pelo Banco: conciliação, fiscalização, monitoração e supervisão.

No Banco da Amazônia, a estrutura dos controles internos foi implantada por meio dos seguintes instrumentos:

- ✓ Código de Ética;
- ✓ Manual de Alçadas;
- ✓ Manual da Organização;
- ✓ Normas de Estrutura, Políticas e Procedimentos.

Neste semestre, houve aprimoramento das normas voltadas ao gerenciamento de riscos e controles internos. Para que estas instruções normativas se tornassem mais claras, o Banco segregou as políticas de procedimentos, observando as orientações da Resolução CMN nº 4.390/2014, que altera a periodicidade do relatório de acompanhamento do sistema de controles internos, e da IN Conjunta MP/CGU nº 01, que determina a adoção de medidas para sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

A segregação resultou no aprofundamento das diretrizes e responsabilidades sobre a gestão dos riscos e controles, monitoramento e avaliação dos processos com a incorporação do modelo das três linhas de defesa, de modo a reforçar os controles internos da Instituição através de medidas e procedimentos corretivos para mitigar deficiências, fragilidades ou não conformidades identificadas nos processos, sistemas, produtos ou serviços.

Sobretudo, o Banco mantém ativa a disseminação da cultura de controle através de treinamentos presenciais e à distância, cartilhas e avaliações de controles realizadas com o apoio dos gestores dos processos. O Banco adota as boas práticas do modelo COSO como referencial para a gestão do Sistema de Controle Interno.

8. AUDITORIA INTERNA

Como integrante do Sistema de Controles Internos do Banco, a Auditoria Interna visa agregar e proteger o valor organizacional por meio de avaliações baseadas em processos com foco em riscos, sendo responsável por fornecer percepções abrangentes sustentadas no maior nível de independência e objetividade à estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles.

No mês de maio a auditoria interna celebrou o mês internacional de conscientização para a profissão e seus profissionais, incentivada pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA Global) e pela administração do Banco, que desde 2016 adere a esse movimento por meio de ações promocionais. O Banco patrocina essas iniciativas e apoia as áreas na busca pela excelência e pela adoção de boas práticas em suas atividades.

As ações de 2016 renderam visibilidade à marca Banco da Amazônia no cenário nacional, pois em função de nossas ações, o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) conquistou premiação internacional, concedeu estande à auditoria do Banco no Congresso Brasileiro de Auditoria Interna para divulgação das nossas ações de conscientização profissional, o que teve como consequência uma premiação de comenda em reconhecimento.

9. REDE DE ATENDIMENTO

Em janeiro, foi instalada a primeira Central de Crédito, na Superintendência do Acre, que está em fase final do projeto piloto e já apresenta avanços nos processos de análise, alcançando 40% de economia nos prazos de análise dos créditos de fomento e 60% nos de crédito comercial. Para o segundo semestre, há o plano de implantação de mais três centrais de crédito, contribuindo de forma segregada e especializada os processos de créditos das unidades jurisdicionadas.

Durante o semestre, foram inauguradas novas unidades do Banco, como a nova sede da agência Brasília, cidade onde estão localizada cadeias produtivas importantes como: avicultura, piscicultura, suinocultura e turismo; reinaugurada nova Agência Porto Velho e nova sede da Superintendência do Estado de Rondônia e Superintendência PA III, que abrangerá as agências: Canaã dos Carajás, Carajás (Parauapebas), Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Jacundá, Marabá, Marabá Cidade Nova, PAA Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Redenção, Rondon do Pará, São Félix do Xingu, Tucumã, Tucuruí, Xinguara e Santana do Araguaia.

10. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é subordinada à Presidência. Sua missão é atuar como canal de comunicação entre a Instituição, os clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; como fonte de acesso à informação pública, gerindo o Sistema de Informação ao Cidadão (E-Sic). Busca assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor. Além disso, atua como canal para comunicação de indícios de ilicitudes relacionados às atividades da Instituição, conforme Resolução CMN nº 4567/2017.

No primeiro semestre de 2017, foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 70 demandas, contra 69 no mesmo período de 2016. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



Banco Central (RDR), 32 registros de reclamações, sendo 04 reguladas procedentes, 08 reguladas improcedentes, 17 não reguladas, uma regulada não conclusiva e duas não reguladas canceladas, todas respondidas no prazo regulamentar. Não foram recebidas demandas da Ouvidoria do Ministério da Fazenda.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Entre 2015 e 2016, foi investido em Tecnologia (Equipamentos, Licenças de Software e Desenvolvimento de Soluções) um total de, aproximadamente, R\$110,0 milhões, e, em 2017, o Banco continua realizando investimentos em tecnologia, novos produtos e serviços, tais como o Domicílio Bancário de Cartões, Crédito no *Mobile Banking* (já em funcionamento para Pessoas Físicas e será estendido para as Pessoas Jurídicas), Aplicativo de Georreferenciamento, em parceria com a empresa *Terras App Solutions* e o Simulador de Financiamento do FNO por meio do site institucional e do *Mobile Banking*, objetivando se tornar mais moderno e ágil no atendimento de clientes, colocando-se cada vez mais competitivo no mercado bancário.

No período, foram apresentados aprimoramentos no fortalecimento da Governança de TI através de ações internas relacionadas à revisão de normas internas, como: Arquitetura de TI, Gerenciamento de Projetos, de Portfólio e Orçamento de TI, buscando assim eficiência operacional e a mitigação de riscos apontados por auditorias internas e externas; ações essas que contribuíram para elevar o nível de capacidade do Banco de “Intermediário” para “aprimorado”, pela visão do TCU.

A área implantou processos de integração contínua e do framework (Biblioteca) de desenvolvimento de software, reduzindo custos operacionais, dando celeridade nos processos de implantação, padronização de código e qualidade no desenvolvimento de novas soluções para atendimento das necessidades de negócios do Banco.

12. OUTROS DESTAQUES

Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente – Edição 2017

No primeiro semestre de 2017, foram feitas as adequações necessárias aos dois certames de apoio à inovação tecnológica da Região Amazônica (Prêmios “Professor Samuel Benchimol” e “Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente”), os quais, neste ano, homenagearão os 75 anos do Banco da Amazônia, os 60 anos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Em 17 de maio deste ano, foram abertas as inscrições para as premiações, as quais se encerrarão em 31 de agosto de 2017.

Definiu-se que o Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente contemplará duas naturezas de premiação: uma para a Categoria Iniciativa de Desenvolvimento Local (IDL) e a outra natureza de premiação, honorífica, abrangendo duas distinções: o reconhecimento de Empresas (Categoria Empresa na Amazônia) e de Microempreendedores de Sucesso na Amazônia (Prêmio Florescer), que contribuem para o desenvolvimento sustentável da Região. A Categoria IDL contemplará iniciativas que trazem em seu escopo conceitos e práticas de Economia Criativa, Economia Verde e/ou Agroecologia e Produção Orgânica.

Patrocínios

O Banco é uma das empresas que mais investem em patrocínios na Região Amazônica. Contribui para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda. Auxilia na melhoria da qualidade de vida e no acesso à inclusão social e cultural.

O incentivo do Banco no 1º semestre de 2017 é destacado através de projetos como “Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional”; circuito “Brasil Sabor”, sendo o maior festival gastronômico do planeta, pois acontece no mesmo período em todo o Brasil: norte, sul, leste e oeste; “Festival Internacional de Humor da Amazônia - Ecologia no Traço” enriquecido com trabalhos de renomados cartunistas do mundo inteiro.

Eventos

Em junho, no auditório do Banco, foi realizado o Diálogo Público: “Amazônia Sustentável: Desafios para o Desenvolvimento Socioeconômico”, coordenado pelo Ministro Substituto Marcos Bemquerer, com participação do Presidente do Tribunal de Contas da União e autoridades governamentais do Estado do Pará.

O evento debateu os desafios e soluções factíveis para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, com o intuito de que os debates contribuam para o planejamento dos governos federal e estaduais, bem como a priorização de ações de governo em que o TCU irá atuar com foco na Região, por conseguinte, colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população nortista.

No dia 09 de julho de 2017, o Banco da Amazônia completou 75 anos de existência. A trajetória da principal Instituição Financeira da Região Norte se confunde com a própria história da Amazônia e daqueles que vivem na Região. Foram anos de muita luta, empenho e dedicação em prol do desenvolvimento sustentável regional, que coloca o Banco como protagonista no combate às desigualdades regionais e na geração de negócios, empregos e renda e focado no desenvolvimento sustentável que possibilitará às novas gerações um futuro melhor e digno, sem prejudicar a biodiversidade regional.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



Durante a semana de comemoração, foram realizados eventos alusivos à data, como a inauguração do Memorial Banco da Amazônia, o espaço reúne documentos, objetos e fotos que retratam a história da Instituição, desde a sua origem.

Publicação do Relatório de Sustentabilidade 2016

Como parte de seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, foi publicado neste semestre, o Relatório de Sustentabilidade 2016 do Banco da Amazônia, em versão eletrônica disponível no sítio do Banco (www.bancoamazonia.com.br).

O relatório contribui de forma transparente e eficiente, para a prestação de contas das ações que o Banco está concretizando, seja por meio da execução de políticas públicas, seja pela oferta de produtos e serviços financeiros, dentre outras realizações.

13. GESTÃO DE PESSOAS

As mudanças na área de Recursos Humanos e implantação de novas modalidades de reconhecimento já estão sendo trabalhadas na condução do Projeto do Novo Modelo de Gestão de Pessoas. Merece destaque a oferta de ascensão profissional, por meio de processos seletivos transparentes, com novas oportunidades de carreira na Instituição, como o reconhecimento da política de concorrência seletiva que recebeu de parte da SEST e do TCU o reconhecimento como uma das boas práticas na gestão de pessoas entre as empresas estatais.

Esses movimentos na área de pessoal refletirão positivamente na vida e carreira de todos os colaboradores do Banco, que passarão a ser mais valorizados e reconhecidos, independentemente da área onde atuem e da função que exerçam na Instituição.

Ações e Treinamento

No semestre, o Programa de Desenvolvimento de Pessoas foi efetivado com objetivo de promover ações de capacitação e educação profissional, vinculadas ao Planejamento Institucional, visando o cumprimento de sua missão ao garantir que os empregados detenham competências, habilidades e atitudes que possibilitem o alcance dos objetivos e metas estratégicas.

Durante o 1º semestre de 2017, o Banco investiu em treinamento com 9.826 participações (total de 4.797 participações no 1º semestre de 2016).

O planejamento de 2017 para área de pessoal contém importante projeto que abrangerá todos os empregados através de ações promotoras de saúde, educação e bem estar, onde serão realizados convênios com entidades que ofereçam vantagens e descontos na aquisição de produtos ou prestação de serviços, como:

- ✓ Na Educação: Entidades Promotoras de ensino superior e especialização; Livrarias e material escolar.
- ✓ Na Saúde e Bem-Estar: nas áreas de Odontologia; Psicossocial; Nutrição; Atividade Física; Tratamento físico/corporal (prevenção doenças ocupacionais).

Composição do Quadro de Pessoal

O Banco, em busca da valorização do seu capital humano, deu continuidade, em janeiro de 2017, à convocação dos aprovados no Concurso Público de 2015, para o suprimento do quadro de pessoal. Para reforçar as equipes de trabalho, foram chamados 21 técnicos bancários e 01 técnico científico na área de Direito.

O Banco encerrou o 1º semestre de 2017 contando com 3.027 empregados (3.174 no 1º semestre de 2016).

14. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (Capaf)

Os planos de previdência complementar oferecidos pelo Banco a seus empregados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf).

O Plano de Benefício Definido (PBD) e do Plano Misto de Benefícios (PMB) registram déficit e abrigam 48% dos participantes que não aderiram aos planos saldados implantados em 2013.

Trimestralmente, é realizado por empresa especializada calculado atuarial, na forma definida pela Del. CVM nº 695/2012, mantendo o Banco a política de reconhecimento, em suas demonstrações contábeis, de 50% do déficit dos planos BD e BMB, baseado nas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001, que estabelecem responsabilidades paritárias entre patrocinador e participantes do plano de previdência complementar, no equacionamento de eventual déficit atuarial, ratificado por parecer de juristas contratados para análise do procedimento.

As ações judiciais em que há decisões judiciais impondo ao Banco a obrigação integral por eventuais direitos de participantes, o Banco vem provisionando 100% do valor definido na condenação. Esses casos são situações específicas e a provisão é realizada na medida em que tais decisões passam a ter exigibilidade, e apenas nestes casos.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2017



O semestre findo em 30 de junho de 2017 encerrou com as seguintes provisões relacionadas aos planos de previdência complementar administrados pela CAPAF:

- ✓ valor repassado a maior de 2001 a 2005 (R\$107,8 milhões);
- ✓ causas judiciais classificadas pelo jurídico como de risco provável (R\$404,3 milhões);
- ✓ registro de 50% do déficit do plano BD e Misto, calculado de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695/2012 (R\$403, milhões);
- ✓ penhoras de responsabilidade da Capaf que o Banco está honrando para posterior ressarcimento (R\$68,3 milhões).

Quanto às ações coletivas, destacam-se:

A ação civil pública nº 01164-2001-001-16-00-2, que tramitou no TRT 16ª Região e com condenação do Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Em que pese o trânsito em julgado ocorrido em 24/09/2012, a União ingressou com a ação rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, obtendo decisão liminar proferida em maio de 2014, através do qual o relator determinou a suspensão de todos os atos processuais na ação 01164-2001-001-16-00-2, inclusive a penhora judicial, até que haja o trânsito em julgado da decisão a ser proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão. Não houve recurso contra esta decisão, o Banco fora intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União, o SEEB-MA contestou a ação e a rescisória permanece aguardando julgamento.

As ações civis públicas nº 2001.34.00.02358-9 e 2005.34.00.019754-4, movidas pelos SEEB/SP e SEEB/MA, que buscam a anulação de autorização dada pela Secretaria de Previdência Complementar para a implantação do Plano Misto (AmazonVida) e condenação de Aporte de Regime de Capitalização para a CAPAF. Estas ações foram reunidas no TRF da 1ª Região (DF), estando suspensas desde 02/07/2013 e 13/11/2012.

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA e em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD). Em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06/02/2017, a área jurídica do Banco está analisando as medidas que poderão ser adotadas, visando a compatibilização da decisão do TRT 8ª Região ao texto constitucional, notadamente às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e, aos correlatos precedentes judiciais do STF.

15. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Conforme dispõe a Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no 1º semestre de 2017, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Nota 7 - Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Ativo Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio Líquido
Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes relacionadas
Nota 25 - Benefícios a empregados
Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 28 - Análise de sensibilidade
Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 30 - Outras informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 557/2008 – Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN nº 4.535/2016 – Ativo Imobilizado (CPC 27).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, [B]3 – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro de juros, negociados na [B]3 – Brasil Bolsa Balcão, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (*hedge* de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos seus ativos e/ou passivos financeiros, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.082/2002.

As operações de contrato futuro de juros são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados os parâmetros divulgados pela [B]3 – Brasil Bolsa Balcão.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* é registrado no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do *hedge*, a relação de proteção é encerrada.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* estão divulgados na nota nº 6.b.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 25).

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 16).

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, são reconhecidos como ativo.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14.b).

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras. (nota nº 13.a).

Risco de Crédito (FNO): As operações de crédito realizadas com recursos do FNO, em razão de normativos legais, não estão registradas no grupamento do ativo de operações crédito do Banco. Entretanto, 50% do risco dessas operações (contratadas a partir de 01.12.1998) é do Banco, levando, assim, a necessidade de ser calculada e registrada em passivo contingente, a provisão para operações de crédito (PCLD), de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999.

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

p) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 –

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2017.

r) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Disponibilidades	35.669	30.979	43.319
Disponibilidade em moeda nacional	24.289	26.807	27.718
Disponibilidade em moeda estrangeira	11.380	4.172	15.601
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.696.196	1.313.232	614.999
Aplicações no mercado aberto	1.696.196	1.313.232	614.999
Total	1.731.865	1.344.211	658.318

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos, que na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Aplicações no mercado aberto	1.696.196	1.313.232	614.999
Posição Bancada	1.696.196	1.313.232	614.999
Letras financeiras do tesouro	400.001	440.003	380.001
Letras do tesouro nacional	140.000	723.230	90.000
Notas do tesouro nacional	1.156.195	149.999	144.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	159.670	125.262	94.529
Certificados de depósitos interfinanceiros	191.944	157.536	130.796
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)	(36.267)
Total	1.855.866	1.438.494	709.528

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$32.274 (R\$32.274 em

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.12.2016 e R\$36.267 em 30.06.2016), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no semestre R\$85.701 (R\$40.350 no 1º sem/2016) e estão registradas como rendas de TVM.

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**a) Títulos e valores mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Carteira própria – livres	8.471.886	6.797.016	6.463.603
Títulos Públicos	7.140.253	5.551.830	5.036.086
Letras Financeiras do Tesouro	6.301.205	4.738.801	4.219.838
Letras do Tesouro Nacional	87.029	40.614	37.358
Notas do Tesouro Nacional	508.871	502.100	490.336
Certificados Financeiros do Tesouro	243.148	270.315	288.554
Títulos Privados	1.331.633	1.245.186	1.427.517
Debêntures	350.255	452.452	607.229
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	9.935	9.932	67.593
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	41.326	39.061	-
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	56.009	53.232	68.731
Letras Financeiras	874.108	690.509	683.964
Vinculados a operações compromissadas	120.008	220.109	80.058
Títulos Públicos	120.008	220.109	80.058
Letras Financeiras do Tesouro	120.008	220.109	80.058
Vinculados a prestação de garantias	30.151	25.232	23.619
Títulos Públicos	30.151	25.232	23.619
Letras Financeiras do Tesouro	30.151	25.232	23.619
Total	8.622.045	7.042.357	6.567.280
Circulante	1.014.987	1.042.155	1.574.440
Não circulante	7.607.058	6.000.202	4.992.840

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 84,6% do total da Carteira (82,3% em 31.12.2016 e 78,3% em 30.06.2016).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$25.842 (R\$21.342 em 31.12.2016 e R\$19.977 em 30.06.2016) estão vinculados às câmaras de compensação, [B]3 – Brasil Bolsa Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$4.308 (R\$3.890 em 31.12.2016 e R\$3.642 em 30.06.2016) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários**a.1) Quanto ao vencimento**

	30.06.2017					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	305.047	-	-	-	237.775	-
Títulos Públicos	305.047	-	-	-	237.775	-
Letras Financeiras do Tesouro	305.047	-	-	-	237.775	-
2-Títulos Disponíveis para venda	179.468	292.359	2.317.229	1.851.797	2.589.016	97.335
Títulos Públicos	-	144.116	1.507.477	1.788.616	2.555.362	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	144.116	1.420.448	1.788.616	2.555.362	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Letras do Tesouro Nacional	-	-	87.029	-	-	-	87.029
Títulos Privados	179.468	148.243	809.752	63.181	33.654	97.335	1.331.633
Debêntures	51.813	89.167	143.144	52.935	13.196	-	350.255
Cotas Fundos de Invest.-FIDC ⁽²⁾	-	-	9.935	-	-	-	9.935
Cotas Fundos de Invest.-Renda Fixa	-	-	-	-	-	41.326	41.326
Cotas Fundos de Invest.-FI REF	-	-	-	-	-	56.009	56.009
Outros Títulos - LF/NP	127.655	59.076	656.673	10.246	20.458	-	874.108
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	338	11	243.151	253.958	254.561	752.019
Títulos Públicos	-	338	11	243.151	253.958	254.561	752.019
Notas do Tesouro Nacional	-	338	11	3	253.958	254.561	508.871
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	243.148	-	-	243.148
Total 30.06.2017	484.515	292.697	2.317.241	2.094.947	3.080.749	351.896	8.622.045
Total 31.12.2016	192.324	673.519	1.242.444	2.111.695	2.482.762	339.613	7.042.357
Total 30.06.2016	208.625	586.410	2.643.368	1.859.853	1.029.116	239.908	6.567.280

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão.

a.2) Quanto aos ajustes

	30.06.2017			31.12.2016			30.06.2016		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	542.495	542.822	327	561.533	561.218	(315)	834.785	834.722	(63)
Letras Financeiras do Tesouro	542.495	542.822	327	561.533	561.218	(315)	834.785	834.722	(63)
Disponíveis para venda	7.320.716	7.327.204	6.488	5.714.017	5.708.724	(5.293)	4.957.967	4.953.668	(4.299)
Letras Financeiras do Tesouro	5.905.772	5.908.542	2.770	4.429.242	4.422.924	(6.318)	3.491.082	3.488.793	(2.289)
Letras do Tesouro Nacional	83.871	87.029	3.158	39.339	40.614	1.275	37.009	37.358	349
Debêntures	349.130	350.255	1.125	452.137	452.452	315	609.024	607.230	(1.794)
Cotas Fundos Invest.-FIDC	9.935	9.935	-	9.932	9.932	-	67.593	67.593	-
Cotas Fundos de Invest.-Renda Fixa	41.326	41.326	-	39.061	39.061	-	-	-	-
Cotas Fundos Invest.-FI REF	56.574	56.009	(565)	53.797	53.232	(565)	69.296	68.731	(565)
Outros Títulos Privados - LF	874.108	874.108	-	690.509	690.509	-	683.963	683.963	-
Mantidos até o vencimento	752.019	-	-	772.415	-	-	778.890	-	-
Notas do Tesouro Nacional	508.871	-	-	502.100	-	-	490.336	-	-
Certificados Fin. do Tesouro	243.148	-	-	270.315	-	-	288.554	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$470 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$434 em 31.12.2016 e R\$1.549 em 30.06.2016), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$686 (R\$686 em 31.12.2016 e R\$686 em 30.06.2016) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$8.487 (ajuste negativo de R\$34.804 em 31.12.2016 e ajuste negativo de R\$47.462 em 30.06.2016).

Do total das CFT's, o montante de R\$233.114 (R\$259.161 em 31.12.2016 e R\$276.648 em 30.06.2016) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$25.830 (desvalorização de R\$37.602 em 31.12.2016 e desvalorização de R\$40.360 em 30.06.2016).

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Desvalorização	(186.525)	(185.781)	(182.763)
Valorização	193.013	180.489	178.464
Total	6.488	(5.293)	(4.299)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Aplicações Interf. de Liquidez	40.225	22.883	85.701	40.350
Títulos de Renda Fixa	196.002	213.118	418.419	423.523
Aplicação Fundos de Investimentos	1.052	-	2.264	-
Lucros com Títulos de Renda Fixa	198	21.898	540	21.968
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(33)	(107)	(148)	(414)
Ajuste ao Valor de Mercado	517	8	641	5
Total	237.961	257.800	507.417	485.432

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender as suas necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando-se de metodologias estatísticas e simulações para mensurar os riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio, nos preços dos ativos e/ou passivos.

Ativos vinculados aos Instrumentos Financeiros Derivativos para *hedge* de Risco de Mercado

	Valor Justo		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Ativos vinculados ao Hedge			
Letras do Tesouro Nacional (Vcto 2019)	87.029	40.614	37.358
Total	87.029	40.614	37.358

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *hedge* de Risco de Mercado

	Valor Justo		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Instrumento de Hedge			
Futuro de Juros (Contrato DI1F19 - Vcto Jan/2019)	87.029	40.595	37.373
Total	87.029	40.595	37.373

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Letras Fin do Tesouro (Vcto Mar/2019-2020)	7.135	3.372	3.162
Total	7.135	3.372	3.162

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Ajustes Financeiros Acumulados	(408)	(1.121)	(1.754)	(3.555)
Total	(408)	(1.121)	(1.754)	(3.555)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2017			31.12.2016			30.06.2016		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de crédito									
Empréstimos	1.006.942	104.516	1.111.458	1.108.303	110.063	1.218.366	1.248.593	114.325	1.362.918
Direitos creditórios descontados	26.769	4.618	31.387	27.152	4.629	31.781	21.763	11.969	33.732
Financiamentos	978.811	159.707	1.138.518	1.339.321	66.085	1.405.406	1.352.456	51.219	1.403.675
Financiamentos rurais	918.688	109.003	1.027.691	966.158	90.805	1.056.963	968.165	24.089	992.254
Subtotal	2.931.210	377.844	3.309.054	3.440.934	271.582	3.712.516	3.590.977	201.602	3.792.579
Outros créditos	191	-	191	292	-	292	384	-	384
Diversos	191	-	191	292	-	292	384	-	384
Subtotal	2.931.401	377.844	3.309.245	3.441.226	271.582	3.712.808	3.591.361	201.602	3.792.963
Adiant. s/ contrato de câmbio	55.427	-	55.427	55.558	790	56.348	40.571	758	41.329
Total da carteira	2.986.828	377.844	3.364.672	3.496.784	272.372	3.769.156	3.631.932	202.360	3.834.292
(Provisões)									
(Operações de crédito)	(96.106)	(195.971)	(292.077)	(82.808)	(118.191)	(200.999)	(69.592)	(83.510)	(153.102)
(Outros créditos)	(2)	-	(2)	(3)	-	(3)	(4)	-	(4)
(Câmbio)	(465)	-	(465)	(413)	(790)	(1.203)	(204)	(23)	(227)
Total das provisões	(96.573)	(195.971)	(292.544)	(83.224)	(118.981)	(202.205)	(69.800)	(83.533)	(153.333)
Total líquido	2.890.255	181.873	3.072.128	3.413.560	153.391	3.566.951	3.562.132	118.827	3.680.959

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Setor Público	380.784	383.572	401.360
Administração direta	40.013	48.946	57.717
Administração indireta	131.355	122.989	132.212
Atividades empresariais	209.416	211.637	211.431
Setor Privado	2.983.889	3.385.584	3.432.932
Rural	1.027.780	1.057.366	992.928
Indústria	888.342	886.620	916.889
Comércio	583.233	676.763	758.170
Pessoas físicas	237.041	254.381	262.956
Serviços	247.447	510.454	501.989
Intermediários financeiros	46	-	-
Total da carteira	3.364.673	3.769.156	3.834.292

b) Concentração dos principais devedores:

	30.06.2017	% Carteira	31.12.2016	% Carteira	30.06.2016	% Carteira
10 maiores devedores	1.268.825	37,7	1.444.861	38,3	1.534.607	40,0
50 maiores devedores	755.177	22,4	900.458	23,9	906.762	23,6
100 maiores devedores	282.041	8,4	309.378	8,2	301.245	7,9
Demais devedores	1.058.630	31,5	1.114.459	29,6	1.091.678	28,5
Total	3.364.673	100,0	3.769.156	100,0	3.834.292	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

c) Operações vincendas

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
AA	342.291	123.546	4.290	10.558	16.293	37.421	534.399
A	426.864	226.021	57.505	268.412	314.122	107.320	1.400.244
B	421.871	70.436	63.283	46.698	94.250	93.463	790.001
C	60.197	16.001	9.377	15.692	14.608	7.126	123.001
D	3.067	4.175	285	19.024	3.253	4.939	34.743
E	19.681	810	683	2.199	3.253	4.570	31.196
F	2.783	201	792	2.555	722	533	7.586
G	401	380	554	477	116	12.408	14.336

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

H	9.870	562	1.141	33.463	6.066	220	51.322
Total 30.06.2017	1.287.025	442.132	137.910	399.078	452.683	267.000	2.986.828
Total 31.12.2016	1.546.795	395.755	69.042	620.973	631.953	232.266	3.496.784
Total 30.06.2016	1.880.652	343.758	127.636	387.330	389.220	503.336	3.631.932

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
B	33.968	4.310	-	20	490	-	38.788
C	1.356	10.187	4.455	1.587	193	74	17.852
D	597	1.593	5.679	1.508	189	120	9.686
E	1.019	111	11.885	117.935	3.377	-	134.327
F	486	176	349	5.243	31.079	64	37.397
G	77	5.941	1.194	5.598	2.765	135	15.710
H	3.725	5.754	6.149	11.924	92.217	4.316	124.085
Total 30.06.2017	41.228	28.072	29.711	143.815	130.310	4.709	377.845
Total 31.12.2016	35.223	54.644	26.796	91.343	54.389	9.977	272.372
Total 30.06.2016	48.822	31.612	33.706	35.814	51.118	1.288	202.360

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

30.06.2017	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	534.401	1.228.876	619.375	140.850	44.429	165.524	44.982	30.045	175.407	2.983.889
Rural	69.578	556.359	177.601	47.687	33.550	22.759	8.867	17.399	93.980	1.027.780
Indústria	374.128	201.632	128.527	32.324	55	135.436	1.851	-	14.389	888.342
Comércio	42.617	188.811	213.842	43.464	5.768	3.383	24.822	10.250	50.276	583.233
Pessoas físicas	10.575	163.696	23.178	15.755	4.342	2.790	1.670	2.039	12.996	237.041
Serviços	37.503	118.332	76.227	1.620	714	1.156	7.772	357	3.766	247.447
Intermediários financeiros	-	46	-	-	-	-	-	-	-	46
Setor público	-	171.368	209.416	-	-	-	-	-	-	380.783
Total da carteira	534.401	1.400.244	828.791	140.850	44.429	165.524	44.982	30.045	175.407	3.364.673
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(7.001)	(8.288)	(4.226)	(4.443)	(49.657)	(22.491)	(21.031)	(175.407)	(292.544)
31.12.2016	921.960	1.578.841	789.442	87.446	125.116	103.188	34.474	18.675	110.014	3.769.156
Total da carteira	-	(7.894)	(7.894)	(2.623)	(12.512)	(30.958)	(17.237)	(13.073)	(110.014)	(202.205)
30.06.2016	1.151.318	1.548.489	814.196	56.607	34.764	98.894	44.918	16.532	68.574	3.834.292
Total da carteira	-	(7.742)	(8.142)	(1.698)	(3.477)	(29.668)	(22.459)	(11.573)	(68.574)	(153.333)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

Não obstante a necessidade que os bancos têm de constituir a provisão regulatória, a Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, prevê a possibilidade de incremento de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	1º sem/2017	1º sem/2016
Saldo no início do período	(202.205)	(178.360)
Provisões constituídas	(151.478)	(68.266)
Valores baixados para prejuízo	61.138	66.249
Reversões	1	27.044
Saldo no final do período	(292.544)	(153.333)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$1.004.044 (R\$938.789 em 31.12.2016 e R\$945.787 em 30.06.2016).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$7.886 (R\$20.655 no 1º sem/2016).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Receitas de Operações de Crédito

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Empréstimos	44.862	64.704	99.292	129.975
Títulos descontados	2.130	2.153	4.362	5.267
Financiamentos	39.278	32.841	79.764	71.620
Financiamentos rurais e agroindustriais	20.389	26.157	43.517	50.162
Recuperação de créd. baixados c/ prejuízo	4.382	15.546	7.886	20.655
Total	111.041	141.401	234.821	277.679

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Renegociadas	75.069	81.328	151.819	92.000
Carteira Comercial	54.287	47.317	58.254	55.539
Carteira de Fomento	20.782	34.011	93.565	36.461
Recuperadas	4.382	15.546	7.886	20.655
Carteira Comercial	2.373	2.308	4.973	5.690
Carteira de Fomento	1.994	1.594	2.898	2.903
Câmbio	-	8.351	-	8.749
Outros - FNO	15	3.293	15	3.313

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Carteira de câmbio	57.791	52.789	36.379
Rendas a receber	65.398	133.464	58.902
Negociação e intermediação de valores	-	49	59
Diversos	1.377.633	1.248.784	1.206.187
Crédito tributário (nota nº 16)	1.256.192	1.153.775	1.102.361
Títulos e créditos a receber	22.593	22.029	22.192
Capaf	176.128	175.495	173.759
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(176.128)	(175.495)	(173.759)
Contrato TI (nota nº 14.b)	21.705	21.705	21.705
Outros	888	324	487
Remuneração OGU	853	289	451
Diversos	35	35	36
Devedores por compra de valores e bens	191	292	384
Devedores por dep. em garantia (nota nº 14.a)	41.495	39.706	48.662
Devedores p/ apuração de responsabilidades (nota nº 13)	11.897	11.316	11.710
Impostos e contribuições a compensar	51	32	29
Pagamentos a ressarcir	18.593	14.408	15.309
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	1.284	1.137	3.098
Saque a ressarcir rede compartilhada	575	575	574
Equalização – STN/FDA	2.150	2.053	2.011
Suprimento 24 Horas	3.046	5.053	5.325
Rebates	1.361	1.361	1.361
Tributos federais recolhidos a compensar	1.253	1	1.955
Antecipação de PLR	1.186	1.186	-
Outros pagamentos	7.738	3.042	985
Devedores diversos	26.591	6.467	5.520
Adiantamentos para pagamentos	30	31	20
Adiantamentos e antecipações salariais	-	728	-
Provisão para outros créditos	(467)	(1.206)	(231)
Total	1.500.355	1.433.880	1.301.296
Circulante	388.200	427.446	346.174
Não circulante	1.112.155	1.006.434	955.122

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R\$176.128 (R\$175.495 em 31.12.2016 e R\$173.759 em 30.06.2016), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo. O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2016 e R\$21.705 em 30.06.2016) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato "Termo de acordo, composição e ajuste". Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente (nota nº 14.b).

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$11.897 (R\$11.316 em 31.12.2016 e R\$11.710 em 30.06.2016), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências. Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente, por envolver processo de apuração disciplinar que poderá resultar em sanções a empregados (nota nº 14.b).

9 Ativo Permanente

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
a) Investimentos			
Incentivos fiscais	1.456	1.456	1.456
(-) Provisão para perdas	(1.358)	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126	126
Outros	43	43	43
Total	267	267	267
b) Imobilizado de uso			
Imóveis de uso	62.191	61.326	60.561
Terrenos	2.664	2.664	2.664
Edificações	59.527	58.662	57.897
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	189.032	199.372	185.180
Móveis e equipamentos em estoque	1.193	1.874	1.868
Imobilizações em curso	31.173	37.810	27.232
Instalações, móveis e equipamentos de uso	60.053	57.277	55.260
Instalações	7.715	6.740	5.916
Móveis e equipamentos de uso	52.338	50.537	49.344
Outras	96.613	102.412	100.819
Sistema de comunicação	1.591	1.287	1.324
Sistema de processamento de dados	88.390	95.303	94.025
Sistema de segurança	6.152	5.342	5.003
Sistema de transporte	480	480	467
(-) Depreciações acumuladas	(136.192)	(142.710)	(142.064)
Total	163.060	166.017	151.706
c) Intangível ⁽¹⁾			
Software desenvolvido e em desenvolvimento	289.775	253.759	222.929
(-) Amortização Acumulada	(116.242)	(108.303)	(100.487)
Total	173.533	145.456	122.442
Total permanente	336.860	311.740	274.415

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 4534/2016.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2016	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2017	Saldos em 30.06.2016
Investimentos	267	-	-	-	267	267
Imobilizado de uso	166.017	9.087	(1.237)	(10.807)	163.060	151.706
Intangível	145.456	36.333	(314)	(7.941)	173.533	122.442
Total	311.740	45.420	(1.551)	(18.748)	336.860	274.415

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Limite para Imobilização	1.335.988	1.394.890	1.394.263
(-) Situação	(252.835)	(266.699)	(244.810)
Margem	1.083.153	1.128.191	1.149.453
Índice de imobilização	9,5%	9,6%	8,8%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2017	Total em 31.12.2016	Total em 30.06.2016
À Vista	710.161	-	-	710.161	663.835	622.465
Poupança	495.457	-	-	495.457	501.247	521.216
Interfinanceiros	-	22.545	-	22.545	12.531	27.911
A Prazo	1.134.229	632.148	343.916	2.110.293	1.788.324	1.821.013
A prazo	346.758	629.427	337.144	1.313.329	1.160.213	1.195.018
Judiciais com remuneração	68.844	-	-	68.844	44.036	45.902
Especiais com remuneração	718.627	2.721	6.772	728.120	584.075	580.093
Sudam ⁽¹⁾	534.931	-	-	534.931	400.672	403.743
Finam	177.458	-	-	177.458	166.373	155.759
FAT (nota nº 21)	3.871	2.721	6.772	13.364	16.449	20.246
Outros	2.368	-	-	2.368	581	345
Total	2.339.847	654.693	343.916	3.338.456	2.965.937	2.992.605
Circulante				2.994.540	2.528.151	2.595.078
Não circulante				343.916	437.786	397.527

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$119.993 (R\$220.010 em 31.12.2016 e R\$79.993 em 30.06.2016), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 11,8% (14,1% em 31.12.2016 e 14,2% em 30.06.2016) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Despesas de captações c/ depósitos	(68.505)	(75.830)	(142.918)	(148.331)
A prazo	(31.284)	(35.805)	(65.820)	(70.206)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Poupança	(7.825)	(9.899)	(16.696)	(20.021)
Especiais	(17.061)	(17.995)	(35.070)	(35.296)
Interfinanceiros	(1.224)	(254)	(1.877)	(430)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(8.919)	(10.006)	(18.856)	(18.713)
Demais captações	(2.192)	(1.871)	(4.599)	(3.665)
Desp. de captações mercado aberto	(3.619)	(2.038)	(9.672)	(5.177)
Carteira própria	(3.619)	(2.038)	(9.672)	(5.177)
Total	(72.124)	(77.868)	(152.590)	(153.508)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março/2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2017 é de R\$55.386 (R\$51.332 em 31.12.2016 e R\$44.124 em 30.06.2016), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,6% a.a. (3,5% a.a. em 31.12.2016 e 2,6% a.a. em 30.06.2016) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses**a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais**

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.06.2017			31.12.2016			30.06.2016		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	9	37.799	2,8	9	42.042	3,2	9	44.537
BNDES Industrial	7,0	17	266.605	7,0	18	272.259	7,0	18	278.279
BNDES Rural	4,2	7	144.998	3,5	6	109.066	2,9	8	70.101
BNDES Comércio	4,5	8	81.650	4,3	11	73.476	4,2	9	72.339
BNDES Serviços	6,8	8	15.124	6,8	9	15.129	6,8	11	15.266
Finep	1,5	10	1.213	1,5	10	1.412	1,5	10	1.539
Finame Industrial	2,1	5	34.494	2,1	7	37.418	2,0	6	40.210
Finame Rural	2,5	6	80.627	2,3	7	83.599	2,2	10	87.776
Finame Comércio	3,5	6	11.713	3,4	7	12.763	3,4	7	13.832
Finame Serviços	2,5	4	60.905	2,6	5	71.389	2,6	5	82.116
STN OGU	1,1	2	28.947	0,5	2	30.635	1,1	2	32.965
STN – Recoop	-	-	-	7,5	1	2	7,8	1	6
Total			764.075			749.190			738.966
Circulante			116.523			115.825			123.403
Não circulante			647.552			633.365			615.563

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 29.a.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	857	1.485	2.228	2.009	7.386	6.727	17.107	37.799
BNDES Industrial	2.155	3.423	1.488	13.144	36.563	35.512	174.320	266.605
BNDES Rural	-	183	199	3.688	76.301	46.260	18.367	144.998
BNDES Comércio	778	3.144	646	9.390	23.470	15.193	29.029	81.650
BNDES Serviços	308	370	185	1.479	4.437	4.435	3.910	15.124
Finep	12	21	32	63	253	253	579	1.213
Finame Industrial	558	1.190	1.622	3.519	13.441	9.011	5.153	34.494
Finame Rural	2.925	3.445	75	5.969	119	-	68.094	80.627
Finame Comércio	184	391	557	1.088	3.780	2.810	2.903	11.713
Finame Serviços	1.645	3.826	5.356	9.388	31.315	6.117	3.258	60.905
STN OGU	26.065	199	342	894	1.429	10	8	28.947
TOTAL 30.06.2017	35.487	17.677	12.730	50.631	198.494	126.328	322.728	764.075
TOTAL 31.12.2016	33.914	14.947	13.389	53.576	178.201	114.099	341.064	749.190
TOTAL 30.06.2016	40.614	19.353	13.343	50.094	158.937	103.638	352.987	738.966

b) Despesas de Obrigações p/ empréstimos e Repasses

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Tesouro Nacional ⁽¹⁾	14.444	5.761	(4.160)	(17.865)
BNDES	(8.537)	(8.020)	(17.187)	(15.977)
Finame	(1.277)	(1.441)	(2.581)	(2.849)
Finep	(11)	(11)	(24)	(20)
Com banqueiros no exterior	(2.840)	(266)	(4.394)	(2.146)
Repasses do exterior	(2)	-	(2)	-
Total	1.777	(3.977)	(28.348)	(38.857)

⁽¹⁾ No 2º trimestre/2017, ocorreu o ajuste da remuneração do IECF em razão do resultado.

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$28.946 (R\$30.635 em 31.12.2016 e R\$34.646 em 30.06.2016).

No período, foram repassados pelo Tesouro R\$897 (R\$1.100 no 1º sem/2016). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No semestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$31 (R\$47 no 1º sem/2016) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$861 (R\$977 no 1º sem/2016).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Cobrança e Arrecadação	4.653	2.956	19.016
Câmbio	1.947	82	2.017
Sociais e estatutárias	6.145	24.413	24.471
Fiscais e previdenciárias (nota nº 13.a)	178.714	237.289	186.587
Negociação e Intermediação de valores	99	52	48
Fundos financ. e de desenvolvimento (nota nº 13.b)	4.514.887	3.460.091	2.575.432
Diversas (nota nº 13.c)	2.504.663	2.360.375	2.176.971
Passivos atuariais (nota nº 13.d)	734.706	715.619	629.030
IECF (nota nº 13.e)	1.002.407	1.044.422	1.014.232
Total	8.948.221	7.845.299	6.627.804
Circulante	5.183.382	4.398.363	3.173.800
Não circulante	3.764.839	3.446.936	3.454.004

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	144.119	195.792	152.476
Impostos e contribuições a recolher	24.576	33.672	26.162
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	10.019	7.825	7.949
Total	178.714	237.289	186.587
Circulante	25.236	230.126	26.824
Não circulante	153.478	7.163	159.763

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	4.179.514	3.123.586	2.236.842
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	204.874	207.064	210.139
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	130.421	129.363	128.373
Outros	78	78	78
Total	4.514.887	3.460.091	2.575.432
Circulante	4.322.496	3.265.636	2.378.076
Não circulante	192.391	194.455	197.356

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Diversas

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Cheques administrativos	2	1.518	15
Obrigações por aquisição de bens e direitos	67.740	59.081	45.188
Obrigações por convênios oficiais	27	99	27.897
Obrigações por prestação de serviços	11	12	11
Provisão para pagamentos a efetuar	80.748	109.426	76.064
Provisão p/ demandas judiciais	948.772	928.835	968.387
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota nº 14.b)	63.925	50.478	63.696
Ações cíveis/Fiscal	65.821	63.032	85.017
Contratos onerosos – Planos Saldados	741.375	732.363	739.628
Plano BD (nota nº 25)	608.027	599.896	604.728
Plano Misto (nota nº 25)	133.348	132.467	134.900
Outras contingências	77.651	82.962	80.046
Provisão p/ apuração responsabilidades (nota nº 8)	11.897	11.296	11.716
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	21.699	21.699	21.699
Desvalorização de bens	349	349	349
Ações trabalhistas (Capaf) (nota nº 14.b)	43.706	49.618	46.282
Provisão p/ garantias fin. prestadas	1.356.172	1.203.278	1.033.414
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.176.799	1.046.712	897.001
FDA (nota nº 19)	16.441	9.769	5.867
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	162.927	146.792	130.541
Fider	5	5	5
Credores diversos	51.191	58.126	36.396
Parcelas de operações de crédito- Securitização	23.956	26.479	25.677
Levantamento de depósitos recursais	3.194	1.911	2.252
Demais	24.041	9.157	8.467
Credores diversos (*)	-	20.579	-
Total	2.504.663	2.360.375	2.176.971
Circulante	761.005	741.725	654.493
Não circulante	1.743.658	1.618.650	1.522.478

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Refere-se à devolução de penhora judicial, regularizada em 04.01.2017, através de registro em Depósitos Judiciais.

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. Encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2017, o montante corresponde a R\$183.325 (R\$167.246 em 31.12.2016 e R\$150.850 em 30.06.2016).

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisões para garantias prestadas	Saldos em 31.12.2016	Adições	Utilizações	Saldos em 30.06.2017 ^(*)	Saldos em 30.06.2016
Provisão p/ risco FNO Rural (nota nº 20)	487.277	79.487	(42.408)	524.356	455.788
Provisão p/ risco FNO Ind. (nota nº 20)	559.435	141.354	(48.346)	652.443	441.213
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	146.792	16.135	-	162.927	130.541
Provisão FDA (nota nº 19)	9.769	12.250	(5.578)	16.441	5.867
Provisão Fider	5	-	-	5	5
Total	1.203.278	249.226	(96.332)	1.356.172	1.033.414

(*) Realocados conforme Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19.09.2016 da conta 4.9.9.35.00 – Provisão para Passivos Contingentes para a conta 4.9.9.45.00 – Provisão para Garantias Prestadas.

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Fundo de pensão de benefício definido	493.174	475.669	443.059
Liquidados (nota nº 25)	418.889	404.295	377.305
Assistidos (nota nº 25)	74.285	71.374	65.754
Outros	241.532	239.950	185.971
Auxílio saúde (nota nº 25)	241.532	239.950	185.971
Total	734.706	715.619	629.030
 Circulante	 59.393	 88.950	 54.622
Não circulante	675.313	626.669	574.408

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999.

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em 2014, a monetização dos títulos, fechando o valor em R\$982.120, tendo o Bacen, em 05.01.2015, concedida autorização para a incorporação do valor ao Capital Principal, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, computado a partir das datas das monetizações, que ocorreram em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.

Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor do contrato é de R\$1.002.407 (R\$1.044.422 em 31.12.2016 e R\$1.014.232 em 30.06.2016) desmembrado em Passivo Circulante – Outras Obrigações, o montante R\$2.408 referente a provisão quanto ao pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e no Passivo Não Circulante o valor de R\$999.999 correspondente ao principal.

14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Os Ativos com incerteza total ou parcial de realização, apresentam provisão no montante da possibilidade de perda. Neste sentido, encontram-se registrados na rubrica “outros créditos”, os repasses a maior efetuados à Caixa de Previdência do Banco (Capaf), conforme detalhado na nota nº 8, e, ainda, os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Demandas Trabalhistas	42.401	40.636	39.630
(-)Provisão p/dev.dep.rekursais	(9.938)	(9.962)	-
Demandas Fiscais	348	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684	8.684
Total (nota nº 8)	41.495	39.706	48.662

b) Provisões e Contingências

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para passivos contingentes, classificados como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões p/ demandas judiciais	Saldos em 31.12.2016	Adições	Utilizações	Saldos em 30.06.2017	Saldos em 30.06.2016
Ações trabalhistas (Indenizações)	50.478	29.790	(16.343)	63.925	63.696
Outras contingências cíveis	63.032	18.098	(17.974)	63.156	83.312

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações cíveis	31.462	9.358	(12.015)	28.805	45.990
Sucumbências	8.803	3.789	(708)	11.884	8.696
Fundos	22.767	7.759	(5.394)	25.132	28.626
Contratos onerosos (Planos Saldados)	732.363	46.961	(37.949)	741.375	739.628
Provisão p/ Plano BD (nota nº 25)	599.896	38.053	(29.922)	608.027	604.728
Provisão p/ Plano Misto (nota nº 25)	132.467	8.908	(8.027)	133.348	134.900
Outras contingências	82.962	951	(6.262)	77.651	80.046
Apuração responsabilidades (nota nº 8)	11.296	951	(350)	11.897	11.716
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	21.699	-	-	21.699	21.699
Desvalorização de bens	349	-	-	349	349
Ações trabalhistas (Capaf)	49.618	-	(5.912)	43.706	46.282
Total	928.835	96.763	(131.207)	948.772	968.387

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como risco de perda possível:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Causas Trabalhistas	3.900	3.900	3.500
Causas Cíveis ⁽¹⁾	104.849	98.528	98.528
Total	108.749	102.428	102.028

⁽¹⁾ As principais contingências estão relacionadas a processos que questionam a inexistência de débito (R\$32.572 em 30.06.2017, idem em 30.06.2016), revisão de valores cominados com danos morais e materiais (R\$11.388 em 30.06.2017, idem em 30.06.2016), revisão de contrato quanto à prestação dos encargos financeiros e capital (R\$9.568 em 30.06.2017 e não possuindo valor em 30.06.2016), redução de penhora e cancelamento de hipotecas (R\$12.212 em 30.06.2017, idem em 30.06.2016), anulação e revisão de cláusulas contratuais (R\$5.274 em 30.06.2017, idem em 30.06.2016).

15 Patrimônio Líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.977.392	1.959.689	1.967.774
Valor patrimonial por ação (R\$) ^{(1) (*)}	66,70	66,10	0,66
Valor de mercado por ação (R\$) ^{(2) (*)}	28,42	28,10	0,29

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

(2) Considerada a cotação de fechamento do mês.

(*) Os valores em 30.06.2016 consideram a quantidade de ações antes do grupamento e os valores em 30.06.2017 e 31.12.2016, após o grupamento.

b) Capital social

Em 07 de março de 2016, a Assembléia Geral Extraordinária (AGE), aprovou a proposta da Administração para grupamento das ações na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), passando o Capital Social a ser composto de 29.645.967 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem alteração do Capital Social, nos termos do artigo 12 da Lei 6.404/1976. Os atos da referida AGE foi homologada pelo Banco Central do Brasil

A Assembléia deliberou, ainda, a abertura do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de publicação para que os titulares de ações ordinárias de emissão do Banco pudessem ajustar suas posições acionárias, em lotes de 100 (cem) ações, mediante negociação na [B]3 – Brasil Bolsa Balcão para que permanecessem integrando o quadro acionário da Instituição com, no mínimo, uma ação após a efetivação do grupamento. Após este prazo estabelecido para o ajuste das posições por parte dos acionistas do Banco, ou seja, a partir de 22 de agosto de 2016, as ações ordinárias representativas de seu Capital Social passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas na proporção resultante do grupamento. As frações de ações foram separadas, grupadas em números inteiros e vendidas em dois leilões, na [B]3 – Brasil Bolsa Balcão. O primeiro leilão ocorreu em 05 de dezembro de 2016 tendo sido vendido 133 ações e o segundo em 09 de janeiro de 2017, ocasião em que foram vendidas as demais.

O grupamento de ações teve como objetivos melhorar o enquadramento às orientações contidas no Regulamento da [B]3 – Brasil Bolsa Balcão, conferir melhor patamar de preços às cotações da ações,

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

colocando-as em patamares de cotação próximos da maioria dos pares da indústria financeira, bem como reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência no controle de registro de informações aos acionistas.

Todos os procedimentos sobre o grupamento foram detalhados através de aviso aos acionistas disponibilizado ao mercado no site do Banco e da CVM, bem como publicado em jornais.

Em 30 de junho de 2017, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2016 e R\$1.623.252 em 30.06.2016) está representado por 29.645.967 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.699	2.964.576.936
De domiciliados no exterior	271	268	19.826
Total	29.645.967	29.645.967	2.964.596.762

(*) Os valores em 30.06.2016 consideram a quantidade de ações antes do grupamento e em 30.06.2017 e 31.12.2016, após o grupamento.

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.605.157	96,5	28.624.757	96,6	2.865.776.929	96,7
Adm.direta-Min.da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0	1.511.944.349	51,0
Administração indireta	13.485.714	45,5	13.505.314	45,6	1.353.832.580	45,7
BB FGEDUC	10.429.501	35,2	10.437.551	35,2	1.045.386.681	35,3
BB FGO-Fundo Inv.em ações	3.056.213	10,3	3.067.763	10,4	308.445.899	10,4
Demais	1.040.810	3,5	1.021.210	3,4	98.819.833	3,3
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0	2.964.596.762	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$23.135 (R\$23.539 em 31.12.2016 e R\$23.943 em 30.06.2016) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$404 (R\$809 em 31.12.2016 e R\$405 em 30.06.2016), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Reservas de Capital	2.253	2.253	2.253
Reserva de Lucros	866.804	856.998	829.348
Legal	121.629	121.006	118.721
Estatutária	745.175	735.992	710.627

e) Lucro por ação

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	12.462	130.682	84.985
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967	2.964.596.762
Lucro por ação (R\$)	0,42036	4,40810	0,02867
JCP por ação (R\$)	-	1,3066	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

O Bacen, através da Carta-circular nº 3.729/2015, criou títulos, com efeito a partir da data-base janeiro de 2016, para o registro de ganhos ou perdas decorrentes de remensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Ajustes de avaliação patrimonial	(538.052)	(546.353)	(511.022)
Títulos Disponíveis para Venda	3.891	(3.177)	(2.579)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(541.943)	(543.176)	(508.443)

g) Destinação do lucro líquido

A destinação do lucro está demonstrada a seguir, sendo destinado 25% do lucro líquido ajustado, na forma de dividendos provisionados, atendendo o que estabelece o art. 64, inciso II do Estatuto Social do Banco. Em junho de 2016, a remuneração aos acionistas ocorreu na forma de juros sobre o capital próprio (JCP), que foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016.

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Lucro Líquido	12.462	130.682	84.985
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(623)	(6.534)	(4.249)
Saldo após a Reserva Legal	11.839	124.148	80.736
Realização da Reserva de Reavaliação	405	809	405
Base de cálculo para distribuição	12.244	124.957	81.141
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	(3.061)	-	-
Juros s/ capital próprio – JCP ^(*)	-	(38.736)	(20.285)
Reserva Estatutária	(9.183)	(86.221)	(60.856)

^(*) Em 31.12.2016 o JCP corresponde a 31% da base de cálculo e em 30.06.2016 correspondeu a 25%.

16 Imposto de renda e contribuição social**a) Provisões constituídas**

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	113.484	113.484	435.279	435.279	290.616	290.616
Participações Estatutárias	-	-	(4.721)	(4.721)	(2.550)	(2.550)
Juros sobre capital Próprio	-	-	(38.736)	(38.736)	(20.285)	(20.285)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	113.484	113.484	391.822	391.822	267.781	267.781
Adições líquidas caráter permanente	-	-	30.567	30.758	10.081	10.179
Exclusões líquidas caráter permanente	(15.378)	(15.364)	-	-	-	-
Adições líquidas caráter temporário	376.617	376.617	370.268	370.268	232.277	232.277
Lucro tributável antes compensações	474.723	474.737	792.657	792.848	510.139	510.237
Alíquotas	15%	20%	15%	20%	15%	20%

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores devidos pela alíquota normal	71.208	94.947	118.898	158.570	76.521	102.047
Adicional de Imposto de Renda (10%)	47.460	-	79.242	-	51.002	-
Incentivos	(3.261)	-	(5.823)	-	(3.463)	-
Valores devidos	115.407	94.947	192.317	158.570	124.060	102.047
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(24)	(34)	(430)	(331)	(183)	(146)
Valores registrados em resultado antes da ativação	115.383	94.913	191.887	158.239	123.877	101.901
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(73.632)	(35.642)	(49.344)	(907)	(21.558)	(1.139)
Valores efetivamente registrados no resultado	41.751	59.271	142.543	157.332	102.319	100.762
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	36,8	52,2	36,4	40,2	35,2	34,7

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No semestre, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o semestre findo em 30 de junho de 2017:

	31.12.2016	Constituição	Realização	30.06.2017	30.06.2016
Imposto de Renda					
Provisão Trabalhista	100.096	29.790	22.255	107.631	109.978
Provisão para Risco de Crédito-Banco	293.902	151.479	7.872	437.509	270.549
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.103.329	183.973	53.846	1.233.456	1.011.407
Auxílio pós-emprego	351.258	43.572	33.154	361.676	345.346
Auxílio pós-emprego – Del 695	182.407	22.236	42.927	161.716	124.518
Planos Saldados	401.401	35.716	37.951	399.166	417.505
Provisão Caixa de Previdência	175.495	632	-	176.127	173.759
Provisão para Operações SEC I	146.792	16.135	-	162.927	130.541
Outras Provisões	117.987	19.022	21.800	115.209	118.270
Base de Cálculo	2.872.667	502.555	219.805	3.155.417	2.701.873
Imposto de Renda Diferido (25%)	718.167	125.639	54.951	788.854	675.468
Contribuição Social					
Provisão Trabalhista	100.096	29.790	22.255	107.631	109.978
Provisão para Risco de Crédito-Banco	293.902	151.479	7.872	437.509	270.549
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.103.329	183.973	53.846	1.233.456	1.011.407
Auxílio pós-emprego	351.258	43.572	33.154	361.676	345.346
Auxílio pós-emprego – Del 695	182.407	22.236	42.927	161.716	124.518
Planos Saldados	401.401	35.716	37.951	399.166	417.505
Provisão Caixa de Previdência	175.495	632	-	176.127	173.759
Provisão para Operações SEC I	146.792	16.135	-	162.927	130.541
Outras Provisões	110.954	19.022	21.800	108.176	111.237
Base de Cálculo	2.865.634	502.555	219.805	3.148.384	2.694.840
Contribuição Social Diferida (15%)	429.845	75.383	32.971	472.258	404.226
Contribuição Social Diferida (5%)	5.763	-	10.683	(4.920)	22.667
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.153.775	201.022	98.605	1.256.192	1.102.361

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2017, apresenta-se da seguinte forma:

	2017	2018	2019	2020	2021	De 2022 a 2026	TOTAL
Créditos Tributários							
Crédito Tributário de I.R	92.073	73.071	67.681	111.838	55.145	389.047	788.855
Crédito Tributário de C. Social	73.658	58.457	40.608	67.102	33.087	232.373	505.285
Total – Valores Nominais	165.731	131.528	108.289	178.940	88.232	621.420	1.294.140
Taxa média de captação a.a (%)	11,07	8,27	8,93	9,03	8,55	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	149.173	109.424	82.663	125.308	56.924	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$323.016 (R\$289.924 em 31.12.2016 e R\$274.413 em 30.06.2016). No total de 2017, está incluído o valor de R\$136.883 (R\$132.385 em 31.12.2016 e R\$128.849 em 30.06.2016) relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Provisão FNO	212.897	177.444	186.378
Provisão Auxílio pós emprego	223.495	194.136	159.166
Provisão Planos Saldados	342.208	330.962	322.124
Outras Provisões	28.940	22.268	18.365
Total das Provisões	807.540	724.810	686.033
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	323.016	289.924	274.413

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

17 Desdobramento das contas de resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Administração de fundos e programas	150.332	143.691	301.635	284.537
FNO (nota nº 20)	149.080	141.159	298.049	278.535
Art 19 da lei 8.167/91	20	75	317	1.870
Finam (nota nº 18)	394	1.247	1.573	2.411
Outras - FDA	415	735	830	735
Demais rendas	423	475	866	986
Outros serviços	5.962	6.699	13.270	14.029
Demais rendas	5.962	6.699	13.270	14.029
Sub-total	156.294	150.390	314.905	298.566

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rendas de tarifas bancárias	26.241	30.569	48.269	52.608
Pessoa física	15.324	17.498	27.601	29.933
Pessoa jurídica	10.917	13.071	20.668	22.675
Total	182.535	180.959	363.174	351.174

b) Despesas de pessoal

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Honorários	(907)	(1.178)	(1.837)	(2.274)
Benefícios	(16.028)	(15.767)	(32.422)	(30.807)
Encargos sociais	(33.095)	(33.153)	(66.364)	(65.342)
Proventos	(79.325)	(84.913)	(153.775)	(165.881)
Treinamento	(1.222)	(553)	(1.738)	(903)
Remuneração de estagiários	(1.194)	(1.425)	(2.581)	(2.576)
Total	(131.771)	(136.989)	(258.717)	(267.783)

c) Outras despesas administrativas

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Água, energia e gás	(2.784)	(2.728)	(5.248)	(5.541)
Aluguéis	(3.459)	(3.765)	(6.983)	(6.862)
Processamento de dados	(8.835)	(10.903)	(16.808)	(20.109)
Comunicações	(7.066)	(7.090)	(14.135)	(14.398)
Manutenção e conservação de bens	(2.951)	(2.267)	(5.268)	(4.758)
Material	(295)	(328)	(631)	(668)
Serviços de terceiros	(6.689)	(5.555)	(12.838)	(11.127)
Vigilância e segurança	(6.598)	(7.101)	(13.148)	(14.325)
Serviços do sistema financeiro	(3.802)	(4.383)	(7.931)	(8.575)
Promoções e relações públicas	(1.840)	(1.711)	(2.539)	(3.400)
Propaganda e publicidade	(734)	(1.088)	(1.225)	(1.369)
Publicações oficiais	(56)	(295)	(415)	(1.195)
Serviços técnicos especializados	(3.663)	(2.823)	(11.322)	(4.852)
Transporte	(5.328)	(4.734)	(10.123)	(9.598)
Viagens	(1.357)	(1.554)	(2.768)	(2.786)
Depreciação	(5.800)	(4.606)	(10.807)	(9.163)
Amortização	(3.993)	(4.359)	(7.941)	(8.093)
Demais despesas administrativas	(1.294)	(1.656)	(2.618)	(3.420)
Total	(66.544)	(66.946)	(132.748)	(130.239)

d) Despesas tributárias

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
ISS	(1.357)	(1.563)	(2.720)	(3.041)
Cofins	(20.705)	(22.827)	(41.373)	(43.041)
PIS/Pasep	(3.365)	(3.709)	(6.723)	(6.994)
Demais tributos	(426)	(372)	(5.145)	(4.504)
Total	(25.853)	(28.471)	(55.961)	(57.580)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Del credere – FNO (nota nº 20)	145.852	140.139	289.335	278.749
Demais rendas operacionais	53.361	106.350	97.735	144.715
Recup. op. FNO (nota nº 20)	50.098	14.873	73.799	20.178
Rendas de Del credere – FDA	1.425	1.408	2.808	3.093
Receita variação taxas - FMM	-	23.832	12.359	42.988
Receita variação taxa câmbio	-	4.819	2.714	12.780
Recup. encargos e despesas	1.036	866	4.151	3.773
Reversão outras prov. Operac.	21	59.289	83	59.289 *
Multas – oper. crédito geral	666	803	1.550	1.632
Demais receitas operacionais	115	460	271	982
Total	199.213	246.489	387.070	423.464

(*) Reversão da PCLD excedente, constituída em junho de 2015 para operações realizadas com recursos do FNO – risco compartilhado.

Outras despesas operacionais	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Desp. de provisão–FNO (nota nº 20)	(98.472)	(137.713)	(219.426)	(231.105)
Atualiz. Ben. pós-emprego (nota nº 25)	(24.500)	(20.059)	(50.694)	(42.176)
Atualização Planos Saldados (nota nº 25)	(16.545)	(24.712)	(31.903)	(55.188)
Passivos trabalhistas (nota nº 14.b)	(19.116)	-	(29.791)	-
Desp.pós-emp–assist/a.saúde(nota nº 25)	(11.133)	(8.537)	(22.237)	(17.092)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(7.862)	(7.301)	(16.135)	(13.963)
Despesas de variação de taxa FMM	-	(22.357)	(12.416)	(46.162)
Passivos cíveis/sucumbências	(6.377)	(10.098)	(9.400)	(17.738)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(5.138)	(1.041)	(7.759)	(2.230)
FDA – Provisão	(5.850)	(2.691)	(6.672)	(3.099)
Atualizações operações SEC Lei 9.138	(6.306)	-	(6.366)	-
Despesas de variação taxa câmbio	(493)	(950)	(4.129)	(1.966)
Outras contingências - Fiscais	(963)	-	(963)	-
Grade de eventos de perdas operacionais	(667)	(1.422)	(899)	(1.612)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(312)	(334)	(672)	(819)
Dividendos a pagar juros s/ capital	(109)	(526)	(659)	(2.774)
Provisão ativos atuariais – Capaf	-	(308)	(632)	(308)
Desp. desconto concedido renegociação	-	(18)	(279)	(1.215)
Demais despesas operacionais	(86)	(188)	(192)	(319)
Despesas com TVM	(5)	(5)	(14)	(292)
Total	(203.934)	(238.260)	(421.238)	(438.058)

f) Resultado não operacional

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Receitas não operacionais	16.691	5.314	17.683	6.379
Lucros em transações c/ valores e bens	15	158	92	163
Outras receitas não operacionais	16.676	5.156	17.591	6.216

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reversão outras prov. não operacionais	73	4.568	167	4.961(*)
Ganhos de capital	181	242	216	294
Rendas de aluguel	5	4	9	9
Dividendos recebidos	16.166	-	16.637	405
Outras rendas não operacionais	251	342	562	547
Despesas não operacionais	(26)	(4)	(516)	(222)
Perdas de capital	(1)	(4)	(1)	(9)
Outras Despesas não operacionais	(25)	-	(515)	(213)
Total	16.665	5.310	17.167	6.157

(*) Reversão de provisões administrativas.

18 Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No semestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$1.573 (R\$2.411 no 1º sem/2016).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$15.313 (R\$16.365 em 31.12.2016 e R\$17.139 em 30.06.2016), com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2017. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

19 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a. de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Neste semestre, está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$20.601 (R\$18.383 em 31.12.2016 e R\$17.691 em 30.06.2016) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. O ajuste da provisão, no semestre, foi de R\$6.672 e o saldo totalizou R\$16.441 (R\$9.769 em 31.12.2016 e R\$5.867 em 30.06.2016).

Neste 1º semestre de 2017 e em 31.12.2016 não ocorreram liberações, não gerando taxa.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$130.421 (R\$129.363 em 31.12.2016 e R\$129.363 em 30.06.2016). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Taxa de administração (nota nº 17.a)	149.080	141.159	298.049	278.535
Del-credere (nota nº 17.e)	145.852	140.139	289.335	278.749
Recuperação de operações (nota nº 17.e)	50.098	14.873	73.799	20.178
Remuneração do disponível	(92.197)	(63.035)	(184.728)	(113.640)
Provisão (risco compartilhado) (nota nº 17.e)	(98.472)	(137.713)	(219.426)	(231.105)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferia *del credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$71.445 (R\$15.754 no 1º sem/2016) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$1.176.799 (R\$1.046.712 em 31.12.2016 e R\$897.001 em 30.06.2016) (nota nº 13.c).

No semestre, o Banco procedeu à baixa de R\$89.339 (R\$65.438 no 1º sem/2016) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Saldo no início do período	3.123.586	1.539.271	1.539.271
Repasses do Tesouro Nacional	1.251.832	2.438.748	1.156.763
Remuneração das disponibilidades	184.728	268.309	113.640
Amortizações de operações de crédito	1.687.727	3.162.888	1.463.791
Liberações de operações de crédito	(1.410.665)	(3.206.225)	(1.477.115)
Despesas com taxa de administração	(368.278)	(512.056)	(280.671)
Despesas com <i>del credere</i>	(289.335)	(567.172)	(278.749)
Despesas de auditoria	(81)	(177)	(88)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	4.179.514	3.123.586	2.236.842

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
Nível de Risco	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	3.018.266	-	4.221.634	-	5.545.959	-
A	7.714.970	(19.287)	7.721.641	(19.304)	7.392.573	(18.481)
B	4.003.710	(20.018)	3.674.989	(18.374)	3.037.573	(15.187)
C	1.948.900	(29.232)	1.041.329	(15.617)	452.909	(6.792)
D	600.640	(30.024)	578.660	(28.924)	529.163	(26.438)
E	288.527	(43.258)	432.044	(64.803)	408.089	(61.213)
F	266.213	(66.553)	231.559	(57.890)	355.437	(88.859)
G	266.030	(93.097)	174.558	(61.095)	141.989	(49.697)
H	1.750.772	(875.329)	1.561.710	(780.705)	1.260.742	(630.334)
Total	19.858.028	(1.176.798)	19.638.124	(1.046.712)	19.124.434	(897.001)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no período, no montante de R\$3.644 (R\$4.324 no 1º sem/2016), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	30.06.2017		30.06.2016	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	465	10.930	698	17.156
Proger urbano		465	10.930	698	17.156
Disponível	TMS	126	2.433	179	3.091
Proger urbano		126	2.433	179	3.091
Principal		3.053	-	3.447	-
Proger urbano		3.053	-	3.447	-
Total		3.644	13.363	4.324	20.247

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
A vencer						
Até 30 dias	958	7,2	3.541	21,5	4.329	21,4
De 31 a 90 dias	800	6,0	742	4,5	873	4,3
De 91 a 180 dias	1.150	8,6	1.064	6,5	1.247	6,2
De 181 a 360 dias	2.175	16,3	2.050	12,5	2.339	11,5
Mais de 1 ano	8.280	61,9	9.052	55	11.459	56,6
Total	13.363	100,0	16.449	100,0	20.247	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$11.961 (R\$15.542 em 31.12.2016 e R\$18.764 em 30.06.2016).

22 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$204.874 (R\$207.064 em 31.12.2016 e R\$210.139 em 30.06.2016).

23 Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIF's e FAC's), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	102.237	89.310	88.924
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	91	82	86
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	41	51	54
Fundo Amazônia Mix "2"	38	30	32
Fundo Amazônia Credit 90	1	4	6
Total	102.408	89.477	89.102

Neste semestre, foi transferido para o Banco o montante de R\$613 (não houve no 1º sem./2016) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

24 Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Benefícios de curto prazo				
Honorários (nota nº 17.b)	907	1.178	1.837	2.274
Diretoria Executiva	705	609	1.469	1.249
Ben.motivados pela cessação exercício ^(*)	-	194	-	334
Conselho de Administração	51	68	119	130
Conselho Fiscal	34	46	88	91
Comitê de Auditoria	117	121	161	235
Outros ⁽¹⁾	-	140	-	235
Remuneração variável ⁽²⁾	694	631	694	631
Total	1.601	1.809	2.531	2.905

^(*) Quarentena

^{(1) (2)} Referem-se a ajuda de custo e participação no lucro, respectivamente.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Diretoria - Honorários	32.427,36	37.285,28	34.108,79
Conselho de Administração	3.579,78	3.658,15	3.709,10
Conselho Fiscal	3.588,94	3.566,00	3.423,78

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Receitas taxa administração(nota nº 17.a)	150.332	143.691	301.635	284.537
Receita <i>Del-credere</i> do FNO(nota nº 17.e)	145.852	140.139	289.335	278.749
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	(92.197)	(63.035)	(184.728)	(113.640)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(98.473)	(137.713)	(219.426)	(231.105)
Desp. contrib. patronal – Capaf (nota nº 25)	(3.252)	(3.293)	(6.614)	(6.592)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf (nota nº 17.e)	(42.988)	(53.307)	(104.835)	(114.456)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Passivos			
Depósito a Vista – OGU	473	-	477
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 21)	13.363	16.449	20.247
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	764.075	749.190	738.966
Tesouro Nacional	28.947	30.637	32.971
BNDES	546.176	511.972	480.522
Finame	187.739	205.169	223.934
Finep	1.213	1.412	1.539
Outras Obrigações	4.514.808	3.460.013	2.575.354
FNO (notas nºs 13 e 20)	4.179.514	3.123.586	2.236.842
FMM (notas nºs 13 e 22)	204.874	207.064	210.139
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 19)	130.420	129.363	128.373
Total	5.292.719	4.225.652	3.335.044

25 Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011, sendo que a Portaria nº 459, de 02 de maio de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, concedeu nova prorrogação pelo prazo de 180 dias, a contar de 05 de maio de 2017.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio Saúde (%)	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,9	13,7	9,8	13,7	10,0	13,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,6	6,1	5,5	6,1	5,7	6,1
Projeção de aumentos salariais	4,1	8,3	N/A	N/A	4,1	8,3
Projeção de aumentos dos benefícios	4,1	7,2	4,1	7,2	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	4,1	-	-	-	-	-
Taxa de inflação	4,1	7,2	4,1	7,2	4,1	7,2
Expectativa de retorno ativos do plano	9,9	13,7	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Planos BD e Misto		Assistidos		Auxílio Saúde	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Taxa de rotatividade	1,6%	2,0%	1,6%	2,0%	1,6%	1,0%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F*		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas**		A. Vindas**		A. Vindas**	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 10%.

** suavizada em 20%.

a.2) Valores reconhecidos no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	1º sem/2017	1º sem/2016
Custo do serviço		
Custo de serviço	(190)	(166)
Custo de juros líquidos	(27.075)	(21.606)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(27.265)	(21.772)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	812	779
Ganhos e Perdas sobre o ativo	18.255	16.878
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(6.219)	(28.901)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	12.848	(11.244)
Total dos componentes de benefício definido	(14.417)	(33.016)
	Plano Misto	
	1º sem/2017	1º sem/2016
Custo do serviço		
Custo do serviço	(2)	(1)
Custo de juros líquidos	(962)	(235)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(964)	(236)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	358	449
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(1.175)	(4.045)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(817)	(3.596)
Total dos componentes de benefício definido	(1.781)	(3.832)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do serviço

Custo de juros líquidos

Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego**Remensurações do Plano de Benefício definido**

Ganhos e Perdas sobre o passivo

Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes**Total dos componentes de benefício definido**

Assistidos pelo Banco	
1º sem/2017	1º sem/2016
(3.788)	(3.826)
(3.788)	(3.826)
(3.207)	(6.339)
(3.207)	(6.339)
(6.995)	(10.165)

Custo do serviço

Custo de serviço

Custo de juros líquidos

Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego**Remensurações do Plano de Benefício definido**

Ganhos e Perdas sobre o passivo

Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes**Total dos componentes de benefício definido**

Auxílio Saúde	
1º sem/2017	1º sem/2016
(2.037)	(1.515)
(16.412)	(11.732)
(18.449)	(13.247)
11.867	(17.942)
11.867	(17.942)
(6.582)	(31.189)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

(Passivo)/ativo reconhecido no início do semestre

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre

Plano BD	
1º sem/2017	1º sem/2016
(390.415)	(334.726)
1.586	1.540
(27.265)	(21.772)
12.848	(11.244)
(403.246)	(366.202)

Passivo reconhecido no início do semestre

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre

Plano Misto	
1º sem/2017	1º sem/2016
(13.880)	(7.290)
18	18
(964)	(237)
(817)	(3.595)
(15.643)	(11.104)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do semestre

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre

Assistidos pelo Banco	
1º sem/2017	1º sem/2016
(71.374)	(59.693)
4.084	4.104
(3.788)	(3.826)
(3.207)	(6.339)
(74.285)	(65.754)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do semestre

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Auxílio Saúde	
1º sem/2017	1º sem/2016
(239.950)	(158.871)
5.000	4.089

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)	(18.449)	(13.247)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	11.867	(17.942)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre	(241.532)	(185.971)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial**Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre**

Benefícios pagos pelo plano

Custo do serviço corrente

Custo de juros

Remensurações de perdas atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissas financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre

Plano BD	
1º sem/2017	1º sem/2016
(632.919)	(511.625)
26.310	22.248
(381)	(331)
(43.893)	(33.026)
(12.438)	(57.802)
9.895	(47.723)
(22.333)	(10.079)
(663.321)	(580.536)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre

Benefícios pagos pelo plano

Custo de juros/serviço corrente

Remensurações de Perdas atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre

Plano Misto	
1º sem/2017	1º sem/2016
(60.766)	(49.022)
3.460	2.802
(4.218)	(1.585)
(2.350)	(8.089)
68	(7.069)
(2.418)	(1.020)
(63.874)	(55.894)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre

Benefícios pagos pelo plano

Custo de juros

Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre

Assistidos pelo Banco	
1º sem/2017	1º sem/2016
(71.374)	(59.693)
4.084	4.104
(3.788)	(3.826)
(3.207)	(6.339)
(1.197)	(6.369)
(2.010)	30
(74.285)	(65.754)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre

Benefícios pagos pelo plano

Custo do serviço corrente

Custo de juros

Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre

Auxílio Saúde	
1º sem/2017	1º sem/2016
(239.950)	(158.871)
5.000	4.090
(2.037)	(1.515)
(16.412)	(11.733)
11.867	(17.942)
19.512	(10.523)
(7.645)	(7.419)
(241.532)	(185.971)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				do
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(676.155)	(651.162)	(674.923)	(652.083)	(663.321)
Valor justo dos ativos do plano	(143.171)	(143.171)	(143.171)	(143.171)	(143.171)
Superávit/(déficit) do plano	(819.326)	(794.333)	(818.094)	(795.254)	(806.492)
Variação na obrigação atuarial	1,9%	(1,8%)	1,7%	(1,7%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,6%	(1,5%)	1,4%	(1,4%)	

Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				do
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(64.893)	(62.907)	(65.086)	(62.703)	(63.874)
Valor justo dos ativos do plano	32.588	32.588	32.588	32.588	32.588
Superávit/(déficit) do plano	(32.305)	(30.319)	(32.498)	(30.115)	(31.286)
Variação na obrigação atuarial	1,6%	(1,5%)	1,9%	(1,8%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,3%	(3,1%)	3,8%	(3,7%)	

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				do
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(76.439)	(72.268)	(75.199)	(73.393)	(74.285)
Superávit/(déficit) do plano	(76.439)	(72.268)	(75.199)	(73.393)	(74.285)
Variação na obrigação atuarial	2,9%	(2,7%)	1,2%	(1,2%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,9%	(2,7%)	1,2%	(1,2%)	

Auxílio Saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				do
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(245.513)	(237.767)	(249.046)	(234.143)	(241.532)
Superávit/ (déficit) do plano	(245.513)	(237.767)	(249.046)	(234.143)	(241.532)
Variação na obrigação atuarial	1,6%	(1,5%)	3,1%	(3,1%)	
Variação no superávit/ (déficit)	1,6%	(1,5%)	3,1%	(3,1%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD		Plano Misto	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	(413)	(377)	(3)	(3)
Montantes de Custo de juros líquidos	(37.569)	(50.313)	(1.426)	(1.526)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(37.982)	(50.690)	(1.429)	(1.529)
Montantes esperados per. Seg.–Normais	3.283	3.303	38	39
Total dos pagos esperados para o plano	3.283	3.303	38	39

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	-	-	(4.303)	(3.445)
Montantes de Custo de juros líquidos	(6.848)	(9.027)	(24.196)	(25.491)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(6.848)	(9.027)	(28.499)	(28.935)
Montantes esperados per. seguinte –Normais	8.452	8.799	10.346	8.768
Total dos pagtos esperados para o plano	8.452	8.799	10.346	8.768

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarialTaxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

No caso específico do plano BD, o Banco vem sendo onerado pelo cumprimento de sentença judicial, que determinou a complementação da folha de pagamento mensal, face a exaustão dos recursos financeiros do referido plano. No período, essa complementação totalizou R\$24.069 (R\$21.494 no 1º semestre de 2016).

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	30.06.2017	30.06.2016
Valor da Obrigação no início do período	404.295	342.016
Atualizações	38.663	56.784
(-) Valores Pagos	(24.069)	(21.495)
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	418.889	377.305

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	30.06.2017	30.06.2016
Valor da Obrigação no início do período	732.363	719.430
Atualizações	46.962	55.188
(-) Valores Pagos	(37.950)	(34.990)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	741.375	739.628

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Liquidados - BD e Misto	(880)	(893)	(1.800)	(1.774)
Prev-amazônia	(2.372)	(2.400)	(4.813)	(4.818)
Total (nota nº 24)	(3.252)	(3.293)	(6.613)	(6.592)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Saldados	741.375	732.363	739.628
Liquidados	418.889	404.295	377.305
Assistidos	74.285	71.374	65.754
Auxílio Saúde	241.532	239.950	185.971

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

A ação rescisória foi admitida a julgamento pelo relator que concedeu antecipação de tutela no sentido de suspender a tramitação da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que encontrava-se em liquidação de sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos autos da rescisória.

Registramos que a rescisória tramita em fase de conhecimento e está pendente de julgamento.

O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O Sindicato do Maranhão contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar, mas o Sindicato pediu reconsideração do despacho que deferiu a liminar em sede de antecipação de tutela, o que foi negado pelo Relator.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA e em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06/02/2017, a área jurídica do Banco está analisando as medidas que poderão ser adotadas, visando a compatibilização da decisão do TRT 8ª Região ao texto constitucional, notadamente às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e, aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Diante do citado no parágrafo anterior, não foi possível a mensuração atuarial de modo a quantificar o montante da responsabilidade do Banco frente ao trânsito em julgado.

No semestre, o Banco desembolsou o total de R\$ 24.069 (R\$ 21.494 no 1º semestre de 2016).

26 Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Menor Salário	2.317,10	2.317,10	2.145,46
Maior Salário	24.280,24	24.280,24	22.481,70
Salário médio	7.305,26	7.415,93	6.942,96

27 Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A mensuração, monitoramento e controle das exposições ao risco são realizadas por equipe dedicada e segregada das áreas de negócios, de forma a manter autonomia e independência nas avaliações de riscos, sendo compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

No encerramento do 1º semestre os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos e confortáveis, demonstrando suficiência de recursos para mitigar o risco de liquidez.

O Banco possui na carteira de Tesouraria alocações de recursos com elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, que mitigam o risco de liquidez.

Na gestão do risco de liquidez são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica.

De modo a incorporar melhorias ao seu processo de gestão e à vista das diretrizes de Basiléia e da Resolução Bacen nº 3.721/2009, a Instituição vem aprimorando os modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de riscos registradas no Banco, teste de relevância e *backtest* dos modelos. Ao final desse ciclo, os modelos de classificação e avaliação de risco dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para a redução do risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito, que teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender a necessidade quanto à vinculação de direitos creditórios (recebíveis) principalmente da área de Fomento.

c) Risco de mercado

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços. No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. As informações são geradas de forma sistematizada, importando e consolidando os dados extraídos de bases externas (Bacen, BM&F e ANBIMA) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2017, os limites de VaR calculados estavam em conformidade com o apetite a riscos definido na Política de Risco de Mercado, apresentando baixa exposição para este fator de risco.

d) Risco operacional

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*) e NBR 22301.

O Banco está atento às alterações regulamentares como a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que consolida e aperfeiçoa as regras existentes sobre a gestão de riscos e a gestão do capital em instituições financeiras. Essa norma também trouxe um significativo avanço na área da governança corporativa, com regras que alcançam a Diretoria e o Conselho de Administração. Neste sentido, o Banco está tomando todas as medidas para a construção de plano de ação para implementação/atendimento dos prazos fixados pela Resolução.

No que se refere às ações de Gestão de Continuidade de Negócios, o Banco atualizou a Análise de Impactos nos Negócios – BIA/AIN, que tem como objetivo identificar os processos que serão recuperados prioritariamente em caso de significativa interrupção e estabelecer o tempo adequado para recuperação por meio do monitoramento e aculturação do corpo colaborativo. Em mitigação ao risco operacional de descontinuidade, a Instituição possui um backup totalmente operacional desde 2014, também foi aprovado pela diretoria estudo técnico que viabilizará a implantação de ambientes operacionais alternativos para todos os processos de negócios elencados e mapeados na Análise de Impactos nos Negócios.

Quanto aos riscos de inconformidade, o Banco está se fortalecendo, por meio da ampliação do escopo de atuação da área de compliance, o que busca assegurar a perenidade da Instituição, com a utilização de mecanismos internos de prevenção e detecção de irregularidades.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

A Carta-Circular 3.748/2016 extinguiu a remessa ao Banco Central do documento 2071, ficando obrigatório o encaminhamento mensal do 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados).

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

I Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Patrimônio de Referência (PR)	2.672.103	2.789.907	2.788.651
PR Nível I	2.672.103	2.789.907	2.788.651
Capital Principal	2.672.103	2.789.907	2.788.651
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.142.663	17.351.029	16.124.179
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	14.130.212	14.671.067	15.140.226
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	61.771	34.538	43.947
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	2.950.680	2.645.424	940.006
Requerimento Mínimo de Capital	-	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	771.420	780.796	725.888
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.028.560	1.041.062	967.451
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.585.696	1.713.414	1.592.263
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-	-
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	1.900.683	2.009.110	2.063.063
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.643.543	1.748.845	1.821.201
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	15,6%	16,1%	17,3%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	15,6%	16,1%	17,3%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,6%	16,1%	17,3%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" (PR 9,875% + ACP 0,625%) ao montante de RWA.

28 Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência a cotação do dólar e da taxa de juros DI/dia. O Sistema de Risco de Mercado está parametrizado para atribuir o mesmo nível de estresse (choque paralelo) aos demais fatores de risco que compõem o modelo.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$3,31 e a taxa DI de 1 ano no nível de 10,1% a.a.

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$4,13, e a taxa DI de 1 ano no nível de 12,7% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$4,96 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 15,2% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira de negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposições Financeiras		30.06.2017			30.06.2016		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	418	764	1.507	127	5.979	11.424
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	8.226	166.870	308.659	6.410	89.559	163.570
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	19	1.191	2.382	(6)	540	1.080
Total		8.663	168.825	312.548	6.531	96.078	176.074

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se o VaR de R\$312 milhões correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 7,4% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco

As operações de derivativos existentes na Carteira do Banco, não representam risco de mercado relevante, haja vista que essas posições foram originadas para realização de *hedge* de títulos públicos, Letras do Tesouro Nacional, com taxas prefixadas, cujo saldo em 30 de junho de 2017, foi de aproximadamente R\$87,0 milhões (R\$40,6 milhões em 31.12.2016 e R\$37 milhões em 30.06.2016).

29 Demonstração do resultado abrangente

	2º trim/2017	2º trim/2016	1º sem/2017	1º sem/2016
Resultado líquido do Período	68.020	92.727	12.462	84.985
Outros Resultados Abrangentes	36.742	(4.938)	18.147	(34.486)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.374	(5.306)	17.412	(35.221)
Próprios – TVM Ajuste	8.505	4.774	11.780	3.646
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	42.928	(10.080)	20.691	(38.867)
Próprios – Planos Saldados	(15.059)	-	(15.059)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	368	368	735	735
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	(16.861)	2.183	(9.441)	13.807
Sobre a marcação a mercado	(3.402)	(1.684)	(4.711)	(1.410)
Sobre a realização da reserva	(165)	(165)	(331)	(330)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(13.294)	4.032	18.967	15.547
Sobre os Planos Saldados	-	-	(23.366)	-
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	19.881	(2.755)	8.706	(20.679)
Resultado Abrangente do Período	87.901	89.972	21.168	64.306

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30 Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	10.018.106	9.908.615	9.651.505
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	183.325	167.246	150.850
Total	10.201.431	10.075.861	9.802.355

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$151.408 (R\$151.408 em 31.12.2016 e R\$143.703 em 30.06.2016), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém – PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Limitação de escopo relacionada à reserva matemática dos planos de benefícios liquidados e provisões para demandas judiciais Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 30 de junho de 2017, provisão no montante de R\$ 418.889 mil (R\$ 342.016 mil em 31 de dezembro 2016) que, segundo o julgamento de sua Administração, seria a melhor estimativa contábil para cobrir as prováveis saídas de recursos financeiros decorrentes da obrigação dos planos de benefícios. A determinação do montante dessa provisão levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15. Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, está procedendo ao levantamento dos potenciais impactos financeiros e de divulgações advindos dessa decisão e de outras ações ainda cabíveis no curso do processo, no mesmo contexto da mensuração atuarial referida no parágrafo anterior. Em razão dessas circunstâncias e considerando que a Administração do Banco encontra-se em processo de conclusão dos cálculos do provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação judicial e da conclusão do processo de liquidação dos planos BD e Misto, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R\$ 418.889 mil, R\$ 43.706 mil e R\$ 40.471 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2017 (R\$ 342.016 mil, R\$ 49.618 mil e R\$ 52.501 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R\$ 50.694 mil, para o semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 42.176 mil no semestre findo em 30 de junho de 2016) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 30 de junho de 2017, no montante total de R\$ 110.054 mil (R\$ 112.483 mil em 31 de dezembro de 2016).

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase - Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício**Desfecho de ações referentes à liquidação dos planos de benefício**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 05 de maio de 2017, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 11 de agosto de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2017/003

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A – PRIMEIRO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2017.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas da Instituição relativas ao primeiro semestre de 2017 e o Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 11 de agosto de 2017.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Concluída a análise, o Conselho Fiscal opina que, com exceção dos apontamentos relativos à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF mencionados nas Notas Explicativas nºs 13, 17 e 25, e possíveis efeitos decorrentes, os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembleia Geral de acionistas do banco da Amazônia.

Belém (PA), 11 de agosto de 2017.

ROGÉRIO GABRIEL NOGALHA DE LIMA
Presidente

ROGÉRIO CAMPOS
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES GARCIA
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras